

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
	Dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, da Carreira de Perito Federal Agrário, das Carreiras do Hospital das Forças Armadas, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, dos empregados de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013; e dá outras providências.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras
Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004	Art. 1º A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 15. Os vencimentos dos cargos de que trata o art. 1º desta Lei constituem-se de: § 3º Os servidores integrantes dos cargos de que trata o art. 1º desta Lei não fazem jus à percepção da Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.	
	“ Art. 15-A. A partir de 1º de janeiro de 2014, a estrutura remuneratória dos cargos a que se referem os incisos I a XVI, XIX e XX do caput do art. 1º constitui-se de:
	I - vencimento básico; e
	II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação - GDAR.” (NR)
	“ Art. 15-B. A partir de 1º de janeiro de 2014, a estrutura remuneratória dos cargos a que se referem os incisos XVII e XVIII do caput do art. 1º será composta de:
	I - vencimento básico; e

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
	II - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação - GDATR.” (NR)
	“Art. 15-C. A partir de 1º de janeiro de 2014, fica extinta a Gratificação de Qualificação - GQ.” (NR)
Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação - GDAR, devida aos ocupantes dos cargos a que se referem os incisos I a XVI, XIX e XX do art. 1º desta Lei, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nas Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei, observando-se a seguinte composição e limites:	
Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003	Art. 2º A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 8º-A. Os vencimentos dos servidores titulares dos cargos a que se refere o art. 1º desta Lei constituem-se de: Parágrafo único. Os servidores de que trata o caput deste artigo não fazem jus à percepção da Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003 .	
	“Art. 8º-B. A partir de 1º de janeiro de 2014, a estrutura remuneratória dos cargos a que se refere o art. 1º constitui-se de:
	I - nos casos de que tratam os incisos I e II do caput :
	a) vencimento básico; e
	b) Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Hídricos - GDRH; e
	II - nos casos dos cargos de que trata o inciso III do caput :
	a) vencimento básico; e
	b) Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação - GDATR, de que trata o art. 20-A da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 .

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
	Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2014, fica extinta a Gratificação de Qualificação - GQ.” (NR)
Art. 9º A movimentação do servidor na tabela constante do Anexo I a esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.	
	Art. 3º Os Anexos IV, V, VI e VII à Lei no 10.871, de 2004 , passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III e IV a esta Medida Provisória.
	Art. 4º Os Anexos I e I-A à Lei no 10.768, de 2003 , passam a vigorar na forma dos Anexos V e VI a esta Medida Provisória.
	Art. 5º Os Anexos XIV, XIV-C e XIV-D à Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 , passam a vigorar na forma dos Anexos VII, VIII e IX a esta Medida Provisória.
	Art. 6º O Anexo III à Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004 , passa a vigorar na forma do Anexo X a esta Medida Provisória.
	Art. 7º Na hipótese de redução da remuneração decorrente da extinção de gratificação de qualificação por força desta Medida Provisória, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de natureza provisória.
	Parágrafo único. A parcela de que trata o caput será devida pelo período necessário para que se complete o prazo de seis meses da publicação do ato que concedeu a Gratificação de Qualificação - GQ para o servidor.
	Carreiras e Planos Especiais de Cargos de Analistas e Especialistas em Infraestrutura
Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007	Art. 8º A Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 7º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação institucional e individual e de concessão da GDAIE serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.	“Art. 7º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e de concessão da GDAIE serão estabelecidos em ato do dirigente máximo do órgão ou entidade no qual o servidor se encontra em exercício, de

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
	acordo com as diretrizes e normas complementares editadas pelo Órgão Supervisor.” (NR)
Art. 8º A avaliação de desempenho institucional referir-se-á ao desempenho do órgão ou entidade no qual o servidor se encontre em exercício.	“ Art. 8º
§ 1º Na impossibilidade de aplicação do disposto no caput, a avaliação de desempenho institucional referir-se-á ao desempenho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
§ 2º As metas globais de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão , elaboradas, quando couber, em consonância com as diretrizes e metas governamentais fixadas no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.	§ 2º As metas globais de desempenho institucional serão fixadas em ato do dirigente máximo do órgão ou entidade e elaboradas, quando couber, em consonância com as diretrizes e metas governamentais fixadas no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.
§ 3º As metas referidas no § 2º devem ser objetivamente mensuráveis, utilizando-se como parâmetros indicadores que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão , levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores.	§ 3º As metas referidas no § 2º serão objetivamente mensuráveis, utilizarão como parâmetros indicadores que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística do órgão ou entidade , e considerarão, quando de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores.
§ 4º As metas de desempenho institucional e os resultados apurados a cada período deverão ser amplamente divulgados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão , inclusive em seu sítio eletrônico, permanecendo acessíveis a qualquer tempo.	§ 4º As metas de desempenho institucional e os resultados apurados a cada período serão amplamente divulgados pelo órgão ou entidade , inclusive em seu sítio eletrônico, e permanecerão acessíveis a qualquer tempo.
§ 5º As metas poderão ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não tenha dado causa a tais fatores.	§ 5º As metas poderão ser revistas a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o órgão ou entidade não tenha dado causa a tais fatores.” (NR)
§ 6º (Revogado).	
§ 7º (Revogado).	
Art. 9º As avaliações referentes aos desempenhos individual e institucional serão	“ Art. 9º

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período. § 3º (Revogado).
	§ 4º O período avaliativo e os efeitos financeiros dele decorrentes poderão ter duração diferente da prevista no caput em situações específicas disciplinadas por ato do Poder Executivo.” (NR)
Art. 12. O titular de cargo efetivo da Carreira de Analista de Infraestrutura ou do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior, em efetivo exercício, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDAIE da seguinte forma:	“ Art. 12.
I - os investidos em função de confiança ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 3, 2, 1 ou equivalentes perceberão a GDAIE calculada conforme o disposto no parágrafo único do art. 9º; e	I - os investidos em função de confiança ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 3, 2, 1 ou equivalentes perceberão a GDAIE calculada conforme o disposto no § 2º do art. 9º ; e
II - os investidos em Cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 6, 5, 4 ou equivalente farão jus à GDAIE calculada com base no valor máximo da parcela individual somado ao resultado da avaliação institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do período.	II - os investidos em Cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 6, 5, 4 ou equivalente farão jus à GDAIE calculada com base no valor máximo da parcela individual somado ao resultado da avaliação institucional do período.” (NR)
Art. 13. O ocupante de cargo efetivo da Carreira de Analista de Infraestrutura ou do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior que não se encontre desenvolvendo atividades relacionadas nos incisos I e II do caput do art. 1º somente fará jus à GDAIE:	“ Art. 13.
I - quando requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAIE calculada com base no disposto no parágrafo único do art. 9º;	I - quando requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAIE calculada com base no disposto no § 2º do art. 9º ;
.....” (NR)
Parágrafo único. A avaliação de desempenho institucional do servidor referido no inciso II do caput será a do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Redação dada pela Lei nº 12.702, de 2012) (Revogado pela Medida Provisória	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
nº 632, de 2013)	
Art. 13-A. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, os servidores referidos nos arts. 12 e 13 desta Lei continuarão percebendo a GDAIE correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.	
	“13-B. A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos art. 12 e art. 13 será:
	I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por maior tempo;
	II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou
	III - a do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, excepcionalmente, nos casos de impossibilidade de se aplicar os incisos I e II do <i>caput</i> .” (NR)
Art. 14. A GDAIE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.	
Art. 16. O desenvolvimento do servidor no cargo de Analista de Infra-Estrutura ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.	“Art. 16.
§ 1º Para fins deste artigo, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior, observando-se os seguintes requisitos:	§ 1º
I - para fins de progressão funcional:	I -
a) cumprimento do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício em cada padrão; e
b) resultado médio superior a 80% (oitenta por cento) do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual de que trata o § 4º do art. 5º	b) resultado médio superior a oitenta por cento do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual de que trata o § 5º do art. 5º no interstício

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
desta Lei no interstício considerado para a progressão;	considerado para a progressão; e
II - para fins de promoção:	II -
a) cumprimento do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;
b) resultado médio superior a 90% (noventa por cento) do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual de que trata o § 4º do art. 5º desta Lei no interstício considerado para a promoção; e	b) resultado médio superior a noventa por cento do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual de que trata o § 5º do art. 5º no interstício considerado para a promoção; e
.....” (NR)
	Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais
Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009	Art. 9º A <u>Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 14. O ocupante de cargo efetivo da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais que não se encontre desenvolvendo atividades no órgão ou entidade de lotação somente fará jus à GDAPS:	“ Art. 14.
I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República ou quando requisitado pela Justiça Eleitoral, situações nas quais perceberá a GDAPS calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no órgão de origem; e	I -
II - quando cedido para órgãos ou entidades do governo federal distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo, desde que investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS-6, DAS-5 ou equivalentes, situação em que perceberá a GDAPS calculada com base no valor máximo da parcela individual somado ao resultado da avaliação institucional do período.	II - quando cedido para órgãos ou entidades do Governo federal distintos dos indicados no inciso I do caput , desde que investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS-6, DAS-5, DAS-4 ou equivalentes, situação em que perceberá a GDAPS calculada com base no valor máximo da parcela individual somado ao resultado da avaliação institucional do período.
.....” (NR)
Art. 23. Os cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais poderão ser redistribuídos entre os órgãos de lotação, para fins de ajustamento de lotação e da força de trabalho.	“ Art. 23.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
§ 1º A redistribuição de cargo ocupado só poderá ocorrer e o ocupante do cargo :	§ 1º A redistribuição de cargo ocupado só poderá ocorrer se o ocupante:
	I - completou o período de estágio probatório com aprovação;
I - tiver, no mínimo, 8 (oito) anos de lotação no órgão de origem;	II - tiver, no mínimo, dois anos no órgão de lotação no órgão de origem; e
II - preencher os requisitos de especialidade existentes no órgão de destino.	III - preencher os requisitos de especialidade existentes no órgão de destino.
.....” (NR)
	Servidores civis, militares e empregados oriundos do Ex-Território de Rondônia
Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013	Art. 10. A <u>Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 14. Fica a União, por meio dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda , autorizada a delegar competência, por meio de convênio, ao Governador do Estado de Rondônia, para a prática de atos relativos à promoção, movimentação, reforma, licenciamento, exclusão, exoneração, e outros atos administrativos e disciplinares previstos nos respectivos regulamentos das corporações e nesta Lei, relativos aos policiais e bombeiros militares, aos policiais civis, aos servidores de que tratam os <u>incisos III e IV do caput do art. 2º</u> e aos empregados de que trata o <u>art. 9º</u> .	“ Art. 14. Fica a União, por meio do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, autorizada a delegar competência, por meio de convênio, ao Governador do Estado de Rondônia, para a prática de atos referentes a promoção, movimentação, reforma, licenciamento, exclusão, exoneração e outros atos administrativos e disciplinares previstos nos regulamentos das corporações e nesta Lei, referentes aos policiais e bombeiros militares, aos policiais civis, aos servidores de que tratam os <u>incisos III e IV do caput do art. 2º</u> e aos empregados de que trata o <u>art. 9º</u> .”
.....” (NR)
Art. 15. A autoridade do ente cessionário que tiver ciência de irregularidade no serviço público praticada por servidor ou militar oriundo do ex-Território Federal de Rondônia, de que trata esta Lei, promoverá sua apuração imediata, inclusive sobre fatos pretéritos, nos termos da <u>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</u> .	“ Art. 15. A autoridade do ente cessionário que tiver ciência de irregularidade no serviço público praticada por servidor oriundo do ex-Território Federal de Rondônia, de que trata esta Lei, promoverá sua apuração imediata, inclusive sobre fatos pretéritos, nos termos da <u>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</u> .” (NR)
Art. 16. Os servidores integrantes do PCC-RO e os referidos no art. 2º ficam submetidos ao regime jurídico instituído pela <u>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</u> .	“ Art. 16. Os servidores integrantes do PCC-RO e os referidos nos incisos II a IV do caput do art. 2º ficam submetidos ao regime jurídico instituído pela <u>Lei nº 8.112, de 1990</u> .” (NR)
	Carreiras e Planos Especiais de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
	Art. 11. O Anexo VII à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 , passa a vigorar na forma do Anexo XII a esta Medida Provisória.
	Art. 12. A Tabela XII do Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012 , passa a vigorar na forma do Anexo XIII a esta Medida Provisória.
	Carreira de Perito Federal Agrário
	Art. 13. O Anexo III à Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002 , passa a vigorar na forma do Anexo XIV a esta Medida Provisória.
	Pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
	Art. 14. Os Anexos II, V, VI-A, VI-B, VI-C e VI-D à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 , passam a vigorar na forma dos Anexos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX a esta Medida Provisória.
	Pessoal do Hospital das Forças Armadas
	Art. 15. Os Anexos LXII e LXV à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 , passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos XXI e XXII a esta Medida Provisória.”
	Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI
	Art. 16. O Anexo LXXXIII à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 , passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo XXIII a esta Medida Provisória.
	Pessoal beneficiado pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994
Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009	Art. 17. A Lei nº 11.907, de 2009 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 310. Caberá ao empregado que retornar ao serviço na administração pública federal direta, autárquica e fundacional apresentar comprovação de todas as parcelas remuneratórias a que fazia jus no prazo decadencial de 15 (quinze) dias do retorno, as quais serão atualizadas pelos índices de correção adotados para a atualização dos benefícios do regime geral da previdência social, desde aquela data até a do mês anterior ao do retorno.	“ Art. 310.”

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
§ 5º A partir da data do retorno, as parcelas remuneratórias de que trata o caput e o § 1º deste artigo serão reajustadas nas mesmas datas e índices da revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos federais.	
	§ 6º As parcelas remuneratórias de que trata o caput ficam majoradas em:
	I - 10,25 % (dez inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2014; e
	II - 5% (cinco por cento), a partir 1º de janeiro de 2015.
	§ 7º O disposto no § 6º não se aplica aos empregados de que trata o § 1º .” (NR)
	Alterações no Regime Jurídico dos Servidores Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	Art. 18. A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 53. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede. § 2º À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.	“ Art. 53.”
	§ 3º Não será concedida ajuda de custo nas hipóteses de remoção previstas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 36.” (NR)
Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço: 	“ Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço: ”
II - por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;	II - pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a dois dias; e
.....” (NR)

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
Art. 206-A. O servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento.	“ Art. 206-A.
	Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput , a União e suas entidades autárquicas e fundacionais poderão:
	I - prestar os exames médicos periódicos diretamente pelo órgão ou entidade a qual se encontra vinculado o servidor;
	II - celebrar convênio ou instrumento de cooperação ou parceria com os órgãos e entidades da administração direta, suas autarquias e fundações;
	III - celebrar convênios com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão, que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador, na forma do art. 230 ; ou
	IV - prestar os exames médicos periódicos mediante contrato administrativo, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 , e demais normas pertinentes.” (NR)
	Contratação de Pessoal por Tempo Determinado
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993	Art. 19. A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos:	“ Art. 4º
Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos:	Parágrafo único.
I - nos casos dos incisos III e IV, das alíneas b, d e f do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2º , desde que o prazo total não exceda a 2 (dois) anos;	I - no caso do inciso IV, das alíneas “b”, “d” e “f” do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2º , desde que o prazo total não exceda a dois anos;
II – no caso do inciso VI, alínea e, do art. 2º , desde que o prazo total não exceda três anos;	II - no caso dos incisos III e VI, alínea “e”, do caput do art. 2º , desde que o prazo total não exceda três anos;
.....” (NR)

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
Art. 7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada:	“ Art. 7º
I - nos casos dos incisos IV e X do art. 2º , em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de Carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;	I - nos casos dos incisos IV, X e XI do caput do art. 2º , em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de Carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;
II - nos casos dos incisos I a III, V e VI do art. 2º , em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho;	II - nos casos dos incisos I a III, V, VI e VIII do caput do art. 2º , em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho; e
.....” (NR)
	Pessoal por Tempo Determinado do Ministério da Justiça
	Art. 20. Fica o Ministério da Justiça autorizado a prorrogar, respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2014, os contratos por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em curso quando da entrada em vigor desta Medida Provisória, firmados com fundamento no art. 2º, caput, inciso VI, alínea “i”, da Lei nº 8.745, de 1993 , independentemente da limitação do art. 4º, parágrafo único, inciso V , daquela Lei.
	Parágrafo único. Os quantitativos de contratos passíveis de prorrogação são os constantes do Anexo XI a esta Medida Provisória.
	Pessoal por Tempo Determinado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
	Art. 21. Fica o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome autorizado a prorrogar, respeitado o prazo limite de 11 de agosto de 2014, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento nas alíneas “i” e “j” do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993 , independentemente da limitação do inciso IV do parágrafo único do art. 4º daquela Lei .

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
	§ 1º Os quantitativos de contratos passíveis de prorrogação são os constantes do Anexo XXIV a esta Medida Provisória
	§ 2º A prorrogação de que trata o caput é aplicável apenas aos contratos firmados até 1º de janeiro de 2012, vigentes quando entrada em vigor desta Medida Provisória.
	Pessoal por Tempo Determinado do Ministério do Turismo
	Art. 22 Fica o Ministério do Turismo autorizado a prorrogar, respeitado o prazo limite de 30 de setembro de 2014, os contratos por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento nas alíneas “i” do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993 , independentemente da limitação do inciso IV do parágrafo único do art. 4º daquela Lei .
	Parágrafo único. Os quantitativos de contratos passíveis de prorrogação são os constantes do Anexo XXV a esta Medida Provisória.
	Pessoal por Tempo Determinado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	Art. 23. Fica o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizado a prorrogar, respeitado o prazo limite de 31 de dezembro de 2014, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, vigentes na data de entrada em vigor desta Medida Provisória, firmados com fundamento nas alíneas “i” do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993 , independentemente da limitação do inciso IV do parágrafo único do art. 4º daquela Lei .
	Parágrafo único. Os quantitativos de contratos passíveis de prorrogação são os constantes do Anexo XXVI a esta Medida Provisória.
	Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006	Art. 24. A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 passa a vigorar com as seguintes alterações:
<p>Art. 15. Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, em efetivo exercício no órgão central e nos órgãos setoriais, seccionais e correlatos dos seguintes sistemas estruturados a partir do disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, enquanto permanecerem nessa condição:</p> <p>.....</p> <p>§ 7º Os servidores que fizerem jus à GSISTE que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.</p>	<p>“Art. 15.</p>
	§ 8º Os níveis de GSISTE poderão ter seus quantitativos alterados, mediante ato do Poder Executivo, desde que a alteração não acarrete aumento de despesa e que não seja ultrapassado o total de servidores beneficiários constante do Anexo VII.
	Comissão Nacional da Verdade
Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011	Art. 25. A Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 11. A Comissão Nacional da Verdade terá prazo de 2 (dois) anos, contado da data de sua instalação , para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.	“ Art. 11. A Comissão Nacional da Verdade terá prazo até 16 de dezembro de 2014 , para a conclusão dos trabalhos, e deverá apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.
.....” (NR)
	Licenças Incentivadas em Curso
	Art. 26. As licenças incentivadas de que tratam o art. 8º , art. 9º , art. 10 , art. 11 , art. 18 , art. 19 e art. 20 da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001 , que estiverem em curso quando da entrada em vigor desta Medida Provisória permanecem regidas pela legislação anterior, vedada a prorrogação.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
	Revogações
	Art. 27. Ficam revogados:
<p style="text-align: center;">Decreto-Lei nº 2.179, de 4 de dezembro de 1984</p> <p>Dispõe sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional de que trata o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que instituiu o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.</p>	I - o Decreto-Lei nº 2.179, de 4 de dezembro de 1984 ;
<p style="text-align: center;">Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001</p> <p>Art. 8º Fica instituída licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, de natureza indenizatória, correspondente a seis vezes a remuneração a que faz jus, na data em que for concedida, ao servidor da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União, ocupante exclusivamente de cargo de provimento efetivo, desde que não esteja em estágio probatório.</p> <p>§ 1º A licença de que trata o caput deste artigo terá duração de três anos consecutivos, prorrogável por igual período, vedada a sua interrupção, a pedido ou no interesse da administração.</p> <p>§ 2º A critério da administração, a licença poderá ser concedida em ato do dirigente do órgão setorial ou seccional do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, que deverá conter, além dos dados funcionais do servidor, o período da licença, mediante publicação em boletim interno.</p> <p>§ 3º O servidor que requerer a licença incentivada sem remuneração deverá permanecer em exercício até a data do início da licença.</p> <p>Art. 9º É vedada a concessão da licença incentivada sem remuneração ao servidor:</p> <p>I - acusado em sindicância ou processo administrativo disciplinar até o seu julgamento final e cumprimento da penalidade, se for o caso; ou</p> <p>II - que esteja efetuando reposições e indenizações ao erário, salvo na hipótese em que comprove a quitação total do débito.</p> <p>Parágrafo único. Não será concedida a licença de que trata o art. 8º aos servidores que se encontrem regularmente licenciados ou afastados, ou àqueles que retornarem antes de decorrido o restante do prazo estabelecido no ato de concessão da licença</p>	II - o art. 8º , art. 9º , art. 10 , art. 11 , art. 18 , art. 19 e art. 20 da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001 ;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
<p>para tratar de interesses particulares, com fundamento no art. 91 da Lei nº 8.112, de 1990.</p> <p>Art. 10. O servidor licenciado com fundamento no art. 8º não poderá, no âmbito da administração pública direta, autárquica ou fundacional dos Poderes da União:</p> <p>I - exercer cargo ou função de confiança; ou</p> <p>II - ser contratado temporariamente, a qualquer título.</p> <p>Art. 11. As férias acumuladas do servidor que teve concedida a licença incentivada sem remuneração serão indenizadas e, na hipótese de férias relativas ao exercício em que ocorrer o início da licença, na proporção de um doze avos por mês trabalhado ou fração superior a quatorze dias, acrescida do respectivo adicional de férias.</p> <p>.....</p> <p>Art. 18. O incentivo em pecúnia será pago integralmente ao servidor licenciado sem remuneração, até o último dia útil do mês de competência subsequente ao que for publicado o ato de concessão inicial, e no mês subsequente ao que for publicado o ato de prorrogação da licença por mais três anos, quando for o caso.</p> <p>Art. 19. Ao servidor que manifestar opção, até 3 de setembro de 1999, pela licença incentivada sem remuneração será assegurado o disposto nos incisos II do caput do art. 13 e I do parágrafo único do mesmo artigo, e a concessão de linha de crédito, até 31 de julho de 2000, para abertura ou expansão de empreendimento, limitada a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme regulamento.</p> <p>Art. 20. Aplica-se o disposto no art. 17 ao servidor que estiver afastado em virtude de licença incentivada sem remuneração, exceto a exigência de compatibilidade de horário com o exercício do cargo.</p>	
<p style="text-align: center;">Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007</p> <p>Art. 13. O ocupante de cargo efetivo da Carreira de Analista de Infraestrutura ou do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior que não se encontre desenvolvendo atividades relacionadas nos incisos I e II do caput do art. 1º somente fará jus à GDAIE:</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
<p>Parágrafo único. A avaliação de desempenho institucional do servidor referido no inciso II do caput será a do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p>	<p>III - o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 11.539, de 2007;</p>
<p style="text-align: center;">Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004</p> <p>Art. 15. Os vencimentos dos cargos de que trata o art. 1º desta Lei constituem-se de:</p> <p>.....</p>	
<p>§ 1º A Gratificação de Qualificação - GQ de que trata o art. 22 desta Lei integra os vencimentos dos cargos referidos nos incisos I a IX, XVII e XIX do art. 1º desta Lei.</p> <p>.....</p> <p>Art. 22. É instituída a Gratificação de Qualificação - GQ - devida aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I a IX, XVII e XIX do art. 1º desta Lei, bem como aos ocupantes dos cargos de Especialista em Geoprocessamento, Especialista em Recursos Hídricos e Analistas Administrativos da ANA, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, em percentual de 10% (dez por cento) ou 20% (vinte por cento) do maior vencimento básico do cargo, na forma estabelecida em regulamento.</p> <p>§ 1º Os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários à percepção da GQ abrangem o nível de capacitação que o servidor possua em relação:</p> <p>I - ao conhecimento das políticas, diretrizes e estratégias setoriais e globais da organização;</p> <p>II - ao conhecimento dos serviços que lhe são afetos, na sua operacionalização e na sua gestão; e</p> <p>III - à formação acadêmica, obtida mediante participação, com aproveitamento, nas seguintes modalidades de cursos:</p> <p>a) doutorado;</p>	<p>IV - o § 1º do art. 15 e o art. 22 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
<p>b) mestrado; ou</p> <p>c) pós-graduação em sentido amplo, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula.</p> <p>§ 2º A adequação da formação acadêmica às atividades desempenhadas pelo servidor nas entidades referidas no Anexo I desta Lei em que esteja lotado será objeto de avaliação de Comitê Especial para Concessão de GQ, a ser instituído no âmbito de cada Agência Reguladora mediante ato de sua Diretoria Colegiada.</p> <p>§ 3º Os cursos de especialização com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula, em área de interesse das entidades, poderão ser equiparados a cursos de pós-graduação em sentido amplo, mediante avaliação do Comitê a que se refere o § 2º deste artigo.</p> <p>§ 4º Ao servidor com o nível de qualificação funcional previsto no § 1º deste artigo será concedida Gratificação de Qualificação - GQ, na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:</p> <p>I - GQ de 20% (vinte por cento) do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos;</p> <p>II - GQ de 10% (dez por cento) do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos.</p> <p>§ 5º A fixação das vagas colocadas em concorrência, com a oferta mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das vagas existentes, e os critérios de distribuição, homologação, classificação e concessão da GQ, serão estabelecidos em regulamento específico.</p> <p>§ 6º Os quantitativos previstos no § 4º deste artigo serão fixados, semestralmente, considerado o total de cargos efetivos providos em 31 de dezembro e 30 de junho.</p>	
<p style="text-align: center;">Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003</p> <p>Art. 8º-A. Os vencimentos dos servidores titulares dos cargos a que se refere o <u>art. 1º</u> desta Lei constituem-se de:</p> <p>I - no caso dos servidores titulares dos cargos de que tratam os <u>incisos I e II do caput do art. 1º</u> desta Lei:</p> <p>.....</p>	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013
<p>c) Gratificação de Qualificação, de que trata o art. 22 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e</p> <p>II - no caso dos servidores titulares dos cargos de que trata o inciso III do caput do art. 1º desta Lei:</p> <p>.....</p> <p>c) Gratificação de Qualificação, de que trata o art. 22 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.</p> <p>.....</p>	<p>V - a alínea “c” do inciso I e a alínea “c” do inciso II do caput do art. 8o-A da Lei no 10.768, de 19 de novembro de 2003; e</p>
<p style="text-align: center;">Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</p> <p>Art. 60-C. O auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a 8 (oito) anos dentro de cada período de 12 (doze) anos.</p> <p>Parágrafo único. Transcorrido o prazo de 8 (oito) anos dentro de cada período de 12 (doze) anos, o pagamento somente será retomado se observados, além do disposto no caput deste artigo, os requisitos do caput do art. 60-B desta Lei, não se aplicando, no caso, o parágrafo único do citado art. 60-B.</p>	<p>VI - o art. 60-C da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>
	<p>Parágrafo único. As revogações dos incisos IV e V do caput somente produzirão efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2014.</p>
	Vigência
	<p>Art. 28. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013						
Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004						ANEXO I						
ANEXO IV						(Anexo IV à Lei no 10.871, de 20 de maio de 2004)						
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO						TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO						
			VENCIMENTO BÁSICO						VENCIMENTO BÁSICO			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010				1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015	
		III	6.700,00	7.450,00	7.945,00	Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações	ESPECIAL	III	7.945,00	9.043,31	9.495,47	
Especialista em Regulação de								II	7.666,25	8.726,02	9.162,32	
Serviços Públicos de								I	7.387,50	8.408,74	8.829,18	
Telecomunicações	ESPECIAL	II	6.453,33	7.187,50	7.666,25		B	V	7.108,75	8.091,45	8.496,03	
						IV		6.830,00	7.774,17	8.162,88		
Especialista em Regulação de						III		6.551,25	7.456,89	7.829,73		
Serviços Públicos de Energia		I	6.206,67	6.925,00	7.387,50	Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia		II	6.272,50	7.139,60	7.496,58	
						Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária		I	5.993,75	6.822,32	7.163,43	
Especialista em Regulação e								V	5.715,00	6.505,03	6.830,29	
Vigilância Sanitária		V	5.960,00	6.662,50	7.108,75	Especialista em Regulação de Saúde Suplementar			IV	5.436,25	6.187,75	6.497,14
								III	5.157,50	5.870,47	6.163,99	
Especialista em Regulação de								II	4.878,75	5.553,18	5.830,84	
Saúde Suplementar		IV	5.713,33	6.400,00	6.830,00	Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Alcool Combustível e Gás Natural	A					
						Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural						
Especialista em Regulação de						Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres						
Petróleo e Derivados e Gás Natural	B	III	5.466,67	6.137,50	6.551,25			I	4.600,00	5.235,90	5.497,69	
						Especialista em Regulação de Serviços de Transportes						
Especialista em Geologia e												
Geofísica do Petróleo e Gás Natural		II	5.220,00	5.875,00	6.272,50							
Especialista em Regulação de												
Serviços de Transportes Terrestres		I	4.973,33	5.612,50	5.993,75							
Especialista em Regulação de												

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Serviços de Transportes		V	4.726,67	5.350,00	5.715,00	Aquaviários					
Aquaviários						Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual					
						Especialista em Regulação de Aviação Civil					
Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual		IV	4.480,00	5.087,50	5.436,25	Analista Administrativo					
	A	III	4.233,33	4.825,00	5.157,50						
Especialista em Regulação de Aviação Civil											
Analista Administrativo		II	3.986,67	4.562,50	4.878,75						
		I	3.740,00	4.300,00	4.600,00						
Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 ANEXO V TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO Em R\$						ANEXO II (Anexo V à Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004) TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO Em R\$					
			VENCIMENTO BÁSICO						VENCIMENTO BÁSICO		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010				1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
		III	3.346,01	3.720,56	3.967,76	Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações	ESPECIAL	III	3.967,76	4.516,26	4.742,07
Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações	ESPECIAL	II	3.248,55	3.612,19	3.852,20			II	3.852,20	4.384,72	4.603,96
								I	3.740,00	4.257,01	4.469,86
		I	3.153,93	3.506,98	3.740,00	Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Alcool Combustível e Gás Natural	B	V	3.510,09	3.995,32	4.195,09
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural								IV	3.407,85	3.878,95	4.072,89
								III	3.308,59	3.765,97	3.954,26
		V	2.960,05	3.291,39	3.510,09			II	3.212,22	3.656,27	3.839,09
						Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária	A	I	3.118,66	3.549,78	3.727,27
								V	2.928,32	3.333,13	3.499,78
Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária		IV	2.873,83	3.195,52	3.407,85	IV		2.843,03	3.236,05	3.397,85	
						Técnico em Regulação de		III	2.760,22	3.141,79	3.298,88

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar	B	III	2.790,13	3.102,45	3.308,59	Saúde Suplementar		II	2.679,83	3.050,29	3.202,80
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres		II	2.708,86	3.012,09	3.212,22	Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres					
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários		I	2.629,96	2.924,36	3.118,66	Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários		I	2.601,78	2.961,45	3.109,52
Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual		V	2.469,45	2.745,88	2.928,32	Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual					
Técnico em Regulação de Aviação Civil		IV	2.397,52	2.665,90	2.843,03	Técnico em Regulação de Aviação Civil					
Técnico Administrativo	A	III	2.327,69	2.588,25	2.760,22	Técnico Administrativo					
		II	2.259,89	2.512,86	2.679,83						
		I	2.194,07	2.439,67	2.601,78						
Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 ANEXO VI VALORES DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REGULAÇÃO - GDAR						ANEXO III (Anexo VI à Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004) VALORES DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REGULAÇÃO - GDAR					
a) Valor do ponto da GDAR para os cargos de Nível Superior:						a) Valor do ponto da GDAR para os cargos de Nível Superior:					
Em R\$											
			VALOR DO PONTO DA GDAR						VALOR DO PONTO DA GDAR		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010				1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
		III	67,00	74,50	79,45						
Especialista em Regulação de						Especialista em Regulação de	ESPECIAL	III	79,45	90,43	94,95

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Serviços Públicos de Telecomunicações	ESPECIAL	II	66,26	73,58	78,47	Serviços Públicos de Telecomunicações		II	78,47	89,32	93,78
								I	77,50	88,21	92,62
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia		I	65,52	72,66	77,50	Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia	B	V	76,52	87,10	91,45
								IV	75,55	85,99	90,29
Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária		V	64,78	71,74	76,52	Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária		III	74,57	84,88	89,12
								II	73,60	83,77	87,96
								I	72,62	82,66	86,79
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar		IV	64,04	70,83	75,55	Especialista em Regulação de Saúde Suplementar	A	V	71,65	81,55	85,63
								IV	70,67	80,44	84,46
Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural	B	III	63,30	69,91	74,57	Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Alcool Combustível e Gás Natural		III	69,69	79,32	83,29
								II	68,72	78,22	82,13
Especialista em Regulação de Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural		II	62,56	68,99	73,60	Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural					
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres		I	61,82	68,07	72,62	Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres					
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários		V	61,08	67,15	71,65	Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários		I	67,74	77,10	80,96
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Audiovisual						Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual					
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aviação Civil		IV	60,34	66,23	70,67	Especialista em Regulação de Aviação Civil					

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					
Especialista em Regulação da					
Atividade Cinematográfica e	A	III	59,60	65,31	69,69
Audiovisual					
Especialista em Regulação de		II	58,86	64,39	68,72
Aviação Civil					
		I	58,12	63,48	67,74

Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					

b) Valor do ponto da GDAR para os cargos de Nível Intermediário:

Em R\$

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAR		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1ª JUL 2008	1ª JUL 2009	1ª JUL 2010
		III	33,26	37,21	39,68
	ESPECIAL	II	32,77	36,44	38,86
Técnico em Regulação de					
Serviços Públicos de		I	32,10	35,69	38,06
Telecomunicações					
Técnico em Regulação de		V	30,87	34,32	36,60
Petróleo e Derivados e Gás					
Natural					
		IV	30,24	33,61	35,85
Técnico em Regulação e					
Vigilância Sanitária	B	III	29,62	32,92	35,11
Técnico em Regulação de Saúde					
Suplementar					
		II	29,01	32,24	34,39
Técnico em Regulação de					

b) Valor do ponto da GDAR para os cargos de Nível Intermediário:

Em R\$

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAR		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1ª JUL 2010	1ª JAN 2014	1ª JAN 2015
Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações	ESPECIAL	III	39,68	45,17	47,42
		II	38,86	44,23	46,44
		I	38,06	43,32	45,49
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Alcool Combustível e Gás Natural	B	V	36,60	41,66	43,74
		IV	35,85	40,81	42,85
		III	35,11	39,96	41,96
Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária	B	II	34,39	39,14	41,10
		I	33,68	38,34	40,25
		V	32,68	37,20	39,06
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar	A	IV	31,71	36,09	37,90
		III	31,06	35,35	37,12
		II	30,42	34,63	36,36
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	A	I	29,79	33,91	35,60
Técnico em Regulação de Serviços de					

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Serviços de Transportes Terrestres						Transportes Aquaviários					
		I	28,41	31,58	33,68						
Técnico em Regulação de											
Serviços de Transportes											
Aquaviários		V	27,32	30,37	32,68						
Técnico em Regulação da											
Atividade Cinematográfica e		IV	26,76	29,75	31,71						
Audiovisual											
Técnico em Regulação de	A	III	26,21	29,14	31,06						
Aviação Civil											
		II	25,67	28,54	30,42						
		I	25,14	27,95	29,79						
Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 ANEXO VII VALORES DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REGULAÇÃO – GDATR						ANEXO IV (Anexo VII à Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004) VALORES DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REGULAÇÃO – GDATR					
a) Valor do ponto da GDATR para os cargos de Nível Superior:						a) Valor do ponto da GDATR para os cargos de Nível Superior:					
Em R\$						Em R\$					
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDATR			CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDATR		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE						EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010				1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
		III	67,00	67,80	68,33	Analista Administrativo	ESPECIAL	III	68,33	77,78	81,66
	ESPECIAL	II	66,26	66,99	67,49			II	67,49	76,82	80,66
		I	65,52	66,19	66,65			I	66,65	75,86	79,66
		V	64,78	65,39	65,82		V	65,82	74,92	78,66	
		IV	64,04	64,59	64,98		IV	64,98	73,96	77,66	
Analista Administrativo	B	III	63,30	63,79	64,15		III	64,15	73,02	76,67	
		II	62,56	62,99	63,31		II	63,31	72,06	75,66	
		I	61,82	62,19	62,47		I	62,47	71,11	74,66	
		V	61,08	61,39	61,64		V	61,64	70,16	73,67	
		IV	60,34	60,59	60,80		IV	60,80	69,20	72,67	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					
	A	III	59,60	59,79	59,97
		II	58,86	58,99	59,13
		I	58,12	58,19	58,29
b) Valor do ponto da GDATR para os cargos de Nível Intermediário:					
Em R\$					
			VALOR DA GDATR		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
		III	33,53	35,60	36,97
	ESPECIAL	II	32,87	34,82	36,14
		I	32,23	34,05	35,33
		V	30,70	32,74	33,81
		IV	30,10	32,02	33,05
Técnico Administrativo	B	III	29,51	31,32	32,31
		II	28,93	30,63	31,58
		I	28,36	29,96	30,87
		V	27,01	28,81	29,54
		IV	26,48	28,18	28,88
	A	III	25,96	27,56	28,23
		II	25,45	26,95	27,60
		I	24,95	26,36	26,98

Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
	A	III	59,97	68,26	71,67
		II	59,13	67,30	70,67
		I	58,29	66,35	69,67
b) Valor do ponto da GDATR para os cargos de Nível Intermediário:					
Em R\$					
			VALOR DO PONTO DA GDATR		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
Técnico Administrativo	ESPECIAL	III	36,97	42,08	44,18
		II	36,14	41,14	43,19
		I	35,33	40,21	42,22
	B	V	33,81	38,48	40,41
		IV	33,05	37,62	39,50
		III	32,31	36,78	38,62
		II	31,58	35,95	37,74
	A	I	30,87	35,14	36,89
		V	29,54	33,62	35,30
		IV	28,88	32,87	34,52
		III	28,23	32,13	33,74
		II	27,60	31,42	32,99
		I	26,98	30,71	32,25

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 ANEXO I TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO Em R\$						ANEXO V (Anexo I à Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003) TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO R\$					
		VENCIMENTO BÁSICO				CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE						EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010				1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
						Especialista em Geoprocessamento	Especial	III	7.945,00	9.043,31	9.495,47
		III	6.700,00	7.450,00	7.945,00			II	7.666,25	8.726,02	9.162,32
Especialista em	Especial	II	6.453,33	7.187,50	7.666,25			I	7.387,50	8.408,74	8.829,18
Geoprocessamento		I	6.206,67	6.925,00	7.387,50		B	V	7.108,75	8.091,45	8.496,03
		V	5.960,00	6.662,50	7.108,75			IV	6.830,00	7.774,17	8.162,88
Especialista em Recursos		IV	5.713,33	6.400,00	6.830,00	III		6.551,25	7.456,89	7.829,73	
Hídricos	B	III	5.466,67	6.137,50	6.551,25	II		6.272,50	7.139,60	7.496,58	
		II	5.220,00	5.875,00	6.272,50	I		5.993,75	6.822,32	7.163,43	
Analista Administrativo –		I	4.973,33	5.612,50	5.993,75	Analista Administrativo – Agência Nacional de Águas	A	V	5.715,00	6.505,03	6.830,29
Agência Nacional de Águas		V	4.726,67	5.350,00	5.715,00			IV	5.436,25	6.187,75	6.497,14
		IV	4.480,00	5.087,50	5.436,25			III	5.157,50	5.870,47	6.163,99
	A	III	4.233,33	4.825,00	5.157,50			II	4.878,75	5.553,18	5.830,84
		II	3.986,67	4.562,50	4.878,75			I	4.600,00	5.235,90	5.497,69
		I	3.740,00	4.300,00	4.600,00						
Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 ANEXO I-A (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009) VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS - GDRH Em R\$						ANEXO VI (Anexo I-A à Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003) VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS - GDRH					
			VALOR DO PONTO DA GDRH			CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDRH		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE						EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010				1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
		III	67,00	74,50	79,45	Especialista em	Especial	III	79,45	90,43	94,95
	Especial	II	66,26	73,58	78,47			II	78,47	89,32	93,78
		I	65,52	72,66	77,50			I	77,50	88,21	92,62

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Especialista em Geoprocessamento		V	64,78	71,74	76,52	Geoprocessamento Especialista em Recursos Hídricos	B	V	76,52	87,10	91,45
		IV	64,04	70,83	75,55			IV	75,55	85,99	90,29
	B	III	63,30	69,91	74,57			III	74,57	84,88	89,12
Especialista em Recursos Hídricos		II	62,56	68,99	73,60			II	73,60	83,77	87,96
		I	61,82	68,07	72,62			I	72,62	82,66	86,79
		V	61,08	67,15	71,65		A	V	71,65	81,55	85,63
		IV	60,34	66,23	70,67			IV	70,67	80,44	84,46
	A	III	59,60	65,31	69,69			III	69,69	79,32	83,29
		II	58,86	64,39	68,72			II	68,72	78,22	82,13
		I	58,12	63,48	67,74			I	67,74	77,10	80,96
Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 ANEXO XIV (Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009) TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DOS PLANOS ESPECIAIS DE CARGOS REFERIDOS NO ART. 30 DA LEI Nº 11.357, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006						ANEXO VII (Anexo XIV à Lei nº 11.357 de 19 de outubro de 2006) TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DOS PLANOS ESPECIAIS DE CARGOS REFERIDOS NO ART. 30 DA LEI Nº 11.357, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.					
a) Vencimento básico dos cargos de nível superior, exceto o de Médico Em R\$						a) Vencimento básico dos cargos de nível superior, exceto o de Médico Em R\$					
		VENCIMENTO BÁSICO				CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE						
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015		
	III	4.776,00	5.324,00	6.065,50	ESPECIAL	III	6.065,50	6.903,99	7.249,19		
	II	4.614,49	5.143,96	5.946,57		II	5.946,57	6.768,62	7.107,05		
	I	4.458,44	4.970,01	5.829,97		I	5.829,97	6.635,90	6.967,69		
	VI	4.206,08	4.688,69	5.660,17	C	VI	5.660,17	6.442,62	6.764,76		
	V	4.063,85	4.530,14	5.549,19		V	5.549,19	6.316,30	6.632,12		
	IV	3.926,43	4.376,95	5.440,38		IV	5.440,38	6.192,45	6.502,07		
	III	3.793,65	4.228,94	5.333,71		III	5.333,71	6.071,04	6.374,59		
	II	3.665,36	4.085,93	5.229,13		II	5.229,13	5.952,00	6.249,60		
	I	3.541,41	3.947,76	5.126,60	B	I	5.126,60	5.835,29	6.127,06		
	VI	3.340,95	3.724,30	4.977,28		VI	4.977,28	5.665,33	5.948,60		
						V	4.879,69	5.554,25	5.831,96		
						IV	4.784,01	5.445,35	5.717,61		
						III	4.690,21	5.338,58	5.605,51		

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação				
	V	3.227,97	3.598,36	4.879,69
B	IV	3.118,81	3.476,68	4.784,01
	III	3.013,34	3.359,11	4.690,21
	II	2.911,44	3.245,52	4.598,25
	I	2.812,99	3.135,77	4.508,09
	V	2.653,76	2.958,27	4.376,79
	IV	2.564,02	2.858,23	4.290,97
A	III	2.477,31	2.761,57	4.206,83
	II	2.393,54	2.668,18	4.124,34
	I	2.312,60	2.577,95	4.043,47

b) Vencimento básico dos cargos de Médico
Tabela I: Jornada de trabalho de 40 horas semanais
Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
	III	4.776,00	5.324,00	6.065,50
ESPECIAL	II	4.614,49	5.143,96	5.946,57
	I	4.458,44	4.970,01	5.829,97
	VI	4.206,08	4.688,69	5.660,17
	V	4.063,85	4.530,14	5.549,19
C	IV	3.926,43	4.376,95	5.440,38
	III	3.793,65	4.228,94	5.333,71
	II	3.665,36	4.085,93	5.229,13
	I	3.541,41	3.947,76	5.126,60
	VI	3.340,95	3.724,30	4.977,28
	V	3.227,97	3.598,36	4.879,69

Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
A	II	4.598,25	5.233,91	5.495,60
I	4.508,09	5.131,28	5.387,85	
V	4.376,79	4.981,83	5.230,92	
IV	4.290,97	4.884,15	5.128,36	
III	4.206,83	4.788,38	5.027,80	
II	4.124,34	4.694,48	4.929,21	
	I	4.043,47	4.602,43	4.832,56

b) Vencimento básico dos cargos de Médico
Tabela I: Jornada de trabalho de 40 horas semanais
Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	6.065,50	6.903,99	7.249,19
	II	5.946,57	6.768,62	7.107,05
	I	5.829,97	6.635,90	6.967,69
C	VI	5.660,17	6.442,62	6.764,76
	V	5.549,19	6.316,30	6.632,12
	IV	5.440,38	6.192,45	6.502,07
	III	5.333,71	6.071,04	6.374,59
	II	5.229,13	5.952,00	6.249,60
	I	5.126,60	5.835,29	6.127,06
B	VI	4.977,28	5.665,33	5.948,60
	V	4.879,69	5.554,25	5.831,96
	IV	4.784,01	5.445,35	5.717,61
	III	4.690,21	5.338,58	5.605,51
	II	4.598,25	5.233,91	5.495,60

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
B	IV	3.118,81	3.476,68	4.784,01	A	I	4.508,09	5.131,28	5.387,85
	III	3.013,34	3.359,11	4.690,21		V	4.376,79	4.981,83	5.230,92
	II	2.911,44	3.245,52	4.598,25		IV	4.290,97	4.884,15	5.128,36
	I	2.812,99	3.135,77	4.508,09		III	4.206,83	4.788,38	5.027,80
	V	2.653,76	2.958,27	4.376,79		II	4.124,34	4.694,48	4.929,21
	IV	2.564,02	2.858,23	4.290,97		I	4.043,47	4.602,43	4.832,56
A	III	2.477,31	2.761,57	4.206,83					
	II	2.393,54	2.668,18	4.124,34					
	I	2.312,60	2.577,95	4.043,47					
Tabela II: Jornada de trabalho de 20 horas semanais Em R\$					Tabela II: Jornada de trabalho de 20 horas semanais Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	2.388,00	2.662,00	3.032,75	ESPECIAL	III	3.032,75	3.451,99	3.624,59
	II	2.307,25	2.571,98	2.973,29		II	2.973,29	3.384,31	3.553,52
	I	2.229,22	2.485,01	2.914,99		I	2.914,99	3.317,95	3.483,85
C	VI	2.103,04	2.344,35	2.830,09	C	VI	2.830,09	3.221,31	3.382,38
	V	2.031,93	2.265,07	2.774,60		V	2.774,60	3.158,15	3.316,06
	IV	1.963,22	2.188,48	2.720,19		IV	2.720,19	3.096,23	3.251,04
	III	1.896,83	2.114,47	2.666,86		III	2.666,86	3.035,52	3.187,29
	II	1.832,68	2.042,97	2.614,57		II	2.614,57	2.976,00	3.124,80
	I	1.770,71	1.973,88	2.563,30		I	2.563,30	2.917,65	3.063,53
B	VI	1.670,48	1.862,15	2.488,64	B	VI	2.488,64	2.832,67	2.974,30
	V	1.613,99	1.799,18	2.439,85		V	2.439,85	2.777,13	2.915,98
	IV	1.559,41	1.738,34	2.392,01		IV	2.392,01	2.722,67	2.858,81
	III	1.506,67	1.679,56	2.345,11		III	2.345,11	2.669,29	2.802,75
						II	2.299,13	2.616,95	2.747,80
						I	2.254,05	2.565,64	2.693,92
						V	2.188,40	2.490,92	2.615,46

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	II	1.455,72	1.622,76	2.299,13	A	IV	2.145,49	2.442,07	2.564,18
	I	1.406,50	1.567,89	2.254,05		III	2.103,42	2.394,19	2.513,90
	V	1.326,88	1.479,14	2.188,40		II	2.062,17	2.347,24	2.464,60
	IV	1.282,01	1.429,12	2.145,49		I	2.021,74	2.301,22	2.416,28
A	III	1.238,66	1.380,79	2.103,42					
	II	1.196,77	1.334,09	2.062,17					
	I	1.156,30	1.288,98	2.021,74					
c) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário Em R\$					c) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	2.744,31	3.059,19	3.485,26	ESPECIAL	III	3.485,26	3.967,06	4.165,41
	II	2.669,56	2.975,87	3.390,33		II	3.390,33	3.859,00	4.051,96
	I	2.596,85	2.894,82	3.297,99		I	3.297,99	3.753,90	3.941,59
	VI	2.473,19	2.756,97	3.140,94	C	VI	3.140,94	3.575,14	3.753,90
	V	2.405,83	2.681,88	3.055,39		V	3.055,39	3.477,76	3.651,65
	IV	2.340,30	2.608,83	2.972,17		IV	2.972,17	3.383,04	3.552,19
	III	2.276,56	2.537,77	2.891,22		III	2.891,22	3.290,90	3.455,44
	II	2.214,55	2.468,65	2.812,47		II	2.812,47	3.201,26	3.361,33
	I	2.154,23	2.401,41	2.735,87		I	2.735,87	3.114,07	3.269,78
	VI	2.051,65	2.287,06	2.605,59	B	VI	2.605,59	2.965,78	3.114,07
	V	1.995,77	2.224,77	2.534,62		V	2.534,62	2.885,00	3.029,25
	IV	1.941,41	2.164,17	2.465,58		IV	2.465,58	2.806,42	2.946,74
	III	1.888,53	2.105,22	2.398,42		III	2.398,42	2.729,97	2.866,47
	II	1.837,09	2.047,88	2.333,09		II	2.333,09	2.655,61	2.788,39
	I	1.787,05	1.992,10	2.269,54		I	2.269,54	2.583,28	2.712,44
					A	V	2.161,47	2.460,27	2.583,28
						IV	2.102,60	2.393,26	2.512,92
						III	2.045,33	2.328,07	2.444,48

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	V	1.701,95	1.897,24	2.161,47		II	1.989,62	2.264,66	2.377,90
	IV	1.655,59	1.845,56	2.102,60		I	1.935,43	2.202,98	2.313,13
A	III	1.610,50	1.795,29	2.045,33					
	II	1.566,63	1.746,39	1.989,62					
	I	1.523,96	1.698,82	1.935,43					
d) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar					d) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar				
Em R\$					Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	1.288,95	1.314,73	1.341,02	ESPECIAL	III	1.341,02	1.526,40	1.602,72
ESPECIAL	II	1.276,19	1.282,66	1.308,31		II	1.308,31	1.489,17	1.563,63
	I	1.263,55	1.251,38	1.276,40		I	1.276,40	1.452,85	1.525,49
Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006					ANEXO VIII				
ANEXO XIV-C					(Anexo XIV-C à Lei nº 11.357 de 19 de outubro de 2006)				
(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)					VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PLANOS ESPECIAIS DE				
VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PLANOS ESPECIAIS DE					CARGOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS - GDPCAR, DEVIDA AOS CARGOS REFERIDOS				
CARGOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS – GDPCAR, DEVIDA AOS SERVIDORES DE					NO ART. 30				
QUE TRATA O ART. 30 DESTA LEI									
a) Valor do ponto da GDPCAR para os cargos de nível superior, exceto o de Médico					a) Valor do ponto da GDPCAR para os cargos de nível superior, exceto o de Médico				
Em R\$					Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPCAR			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPCAR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	47,76	53,24	60,66	ESPECIAL	III	60,66	69,05	72,50
	II	46,14	51,44	59,94		II	59,94	68,23	71,64
ESPECIAL	I	44,58	49,70	59,23		I	59,23	67,42	70,79
	VI	42,06	46,89	58,18	C	VI	58,18	66,22	69,53
	V	40,64	45,30	57,49		V	57,49	65,44	68,71
						IV	56,81	64,66	67,90
						III	56,14	63,90	67,10

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
C	IV	39,27	43,77	56,81		II	55,47	63,14	66,30
	III	37,94	42,29	56,14		I	54,81	62,39	65,51
	II	36,66	40,86	55,47	B	VI	53,84	61,28	64,35
	I	35,42	39,48	54,81		V	52,27	59,50	62,47
	VI	33,42	37,25	53,84		IV	50,75	57,77	60,65
	V	32,45	36,17	52,27		III	49,27	56,08	58,89
	IV	31,50	35,12	50,75		II	47,83	54,44	57,16
	III	30,58	34,10	49,27		I	46,44	52,86	55,50
	II	29,69	33,11	47,83	A	V	45,62	51,93	54,52
	I	28,83	32,15	46,44		IV	44,29	50,41	52,93
	V	27,20	30,33	45,62		III	43,00	48,94	51,39
	IV	26,41	29,45	44,29		II	41,75	47,52	49,90
	III	25,64	28,59	43,00		I	40,53	46,13	48,44
	II	24,89	27,76	41,75					
	I	24,17	26,95	40,53					

b) Valor do ponto da GDPCAR para os cargos de Médico

Tabela I: Jornada de trabalho de 40 horas semanais

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPCAR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
	III	47,76	53,24	60,66
ESPECIAL	II	46,14	51,44	59,94
	I	44,58	49,70	59,23
	VI	42,06	46,89	58,18
	V	40,64	45,30	57,49
C	IV	39,27	43,77	56,81

b) Valor do ponto da GDPCAR para os cargos de Médico

Tabela I: Jornada de trabalho de 40 horas semanais

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPCAR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	60,66	69,05	72,50
	II	59,94	68,23	71,64
	I	59,23	67,42	70,79
C	VI	58,18	66,22	69,53
	V	57,49	65,44	68,71
	IV	56,81	64,66	67,90
	III	56,14	63,90	67,10
	II	55,47	63,14	66,30

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação				
	III	37,94	42,29	56,14
	II	36,66	40,86	55,47
	I	35,42	39,48	54,81
	VI	33,42	37,25	53,84
	V	32,45	36,17	52,27
B	IV	31,50	35,12	50,75
	III	30,58	34,10	49,27
	II	29,69	33,11	47,83
	I	28,83	32,15	46,44
	V	27,20	30,33	45,62
	IV	26,41	29,45	44,29
A	III	25,64	28,59	43,00
	II	24,89	27,76	41,75
	I	24,17	26,95	40,53

Tabela II: Jornada de trabalho de 20 horas semanais
Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPCAR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
	III	23,88	26,62	30,33
ESPECIAL	II	23,07	25,72	29,97
	I	22,29	24,85	29,62
	VI	21,03	23,45	29,09
	V	20,32	22,65	28,75
C	IV	19,64	21,89	28,41
	III	18,97	21,15	28,07
	II	18,33	20,43	27,74

Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	I	54,81	62,39	65,51
B	VI	53,84	61,28	64,35
V	52,27	59,50	62,47	
IV	50,75	57,77	60,65	
III	49,27	56,08	58,89	
II	47,83	54,44	57,16	
I	46,44	52,86	55,50	
A	V	45,62	51,93	54,52
IV	44,29	50,41	52,93	
III	43,00	48,94	51,39	
II	41,75	47,52	49,90	
I	40,53	46,13	48,44	

Tabela II: Jornada de trabalho de 20 horas semanais
Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPCAR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	30,33	34,53	36,25
	II	29,97	34,12	35,82
	I	29,62	33,71	35,40
C	VI	29,09	33,11	34,77
	V	28,75	32,72	34,36
	IV	28,41	32,33	33,95
	III	28,07	31,95	33,55
	II	27,74	31,57	33,15
	I	27,41	31,20	32,76
B	VI	26,92	30,64	32,18

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	I	17,71	19,74	27,41		V	26,14	29,75	31,24
	VI	16,71	18,63	26,92		IV	25,38	28,89	30,33
	V	16,23	18,09	26,14		III	24,64	28,04	29,45
B	IV	15,75	17,56	25,38		II	23,92	27,22	28,58
	III	15,29	17,05	24,64		I	23,22	26,43	27,75
	II	14,85	16,56	23,92	A	V	22,81	25,97	27,26
	I	14,42	16,08	23,22		IV	22,15	25,21	26,47
	V	13,60	15,17	22,81		III	21,50	24,47	25,70
	IV	13,21	14,73	22,15		II	20,88	23,76	24,95
A	III	12,82	14,30	21,50		I	20,27	23,07	24,22
	II	12,45	13,88	20,88					
	I	12,09	13,48	20,27					
c) Valor do ponto da GDPCAR para os cargos de nível intermediário Em R\$					c) Valor do ponto da GDPCAR para os cargos de nível intermediário Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPCAR			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPCAR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	27,44	30,59	34,85	ESPECIAL	III	34,85	39,67	41,65
ESPECIAL	II	26,64	29,87	34,07		II	34,07	38,78	40,72
	I	25,86	29,17	33,30		I	33,30	37,90	39,80
	VI	24,63	27,78	31,87	C	VI	31,87	36,28	38,09
	V	23,91	27,13	31,15		V	31,15	35,46	37,23
	IV	23,21	26,49	30,45		IV	30,45	34,66	36,39
	III	22,53	25,87	29,77		III	29,77	33,89	35,58
	II	21,87	25,26	29,10		II	29,10	33,12	34,78
	I	21,23	24,67	28,45		I	28,45	32,38	34,00
	VI	20,22	23,50	27,22	B	VI	27,22	30,98	32,53
						V	26,43	30,08	31,59
						IV	25,66	29,21	30,67

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	V	19,63	22,82	26,43		III	24,91	28,35	29,77
B	IV	19,06	22,16	25,66		II	24,18	27,52	28,90
	III	18,50	21,51	24,91		I	23,48	26,73	28,06
	II	17,96	20,88	24,18	A	V	22,47	25,58	26,86
	I	17,44	20,27	23,48		IV	21,82	24,84	26,08
	V	16,61	19,30	22,47		III	21,18	24,11	25,31
	IV	16,13	18,74	21,82		II	20,56	23,40	24,57
A	III	15,66	18,19	21,18		I	19,96	22,72	23,86
	II	15,20	17,66	20,56					
	I	14,76	17,15	19,96					
d) Valor do ponto da GDPCAR para os cargos de nível auxiliar Em R\$					d) Valor do ponto da GDPCAR para os cargos de nível auxiliar Em R\$				
		VALOR DO PONTO DA GDPCAR					VALOR DO PONTO DA GDPCAR		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	9,69	10,63	11,63	ESPECIAL	III	11,63	13,24	13,90
ESPECIAL	II	9,14	10,42	11,40		II	11,40	12,98	13,62
	I	8,96	10,22	11,18		I	11,18	12,73	13,36
Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 ANEXO XIV-D (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009) VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE EFETIVO DESEMPENHO EM REGULAÇÃO – GEDR, DEVIDA AOS OCUPANTES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA					ANEXO IX (Anexo XIV-D à Lei nº 11.357 de 19 de outubro de 2006) VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE EFETIVO DESEMPENHO EM REGULAÇÃO – GEDR, DEVIDA AOS OCUPANTES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA				
a) Valor do ponto da GEDR para os cargos de nível superior, exceto o de Médico Em R\$					a) Valor do ponto da GEDR para os cargos de nível superior, exceto o de Médico Em R\$				
		VALOR DO PONTO DA GEDR					VALOR DO PONTO DA GEDR		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	III	47,76	53,24	60,66	ESPECIAL	III	60,66	69,05	72,50
ESPECIAL	II	46,14	51,44	59,94		II	59,94	68,23	71,64
	I	44,58	49,70	59,23		I	59,23	67,42	70,79
	VI	42,06	46,89	58,18	C	VI	58,18	66,22	69,53
	V	40,64	45,30	57,49		V	57,49	65,44	68,71
	IV	39,27	43,77	56,81		IV	56,81	64,66	67,90
C	III	37,94	42,29	56,14		III	56,14	63,90	67,10
	II	36,66	40,86	55,47		II	55,47	63,14	66,30
	I	35,42	39,48	54,81		I	54,81	62,39	65,51
	VI	33,42	37,25	53,84	B	VI	53,84	61,28	64,35
	V	32,45	36,17	52,27		V	52,27	59,50	62,47
	IV	31,50	35,12	50,75		IV	50,75	57,77	60,65
B	III	30,58	34,10	49,27		III	49,27	56,08	58,89
	II	29,69	33,11	47,83		II	47,83	54,44	57,16
	I	28,83	32,15	46,44		I	46,44	52,86	55,50
	VI	27,20	30,33	45,62	A	VI	45,62	51,93	54,52
	V	26,41	29,45	44,29		V	44,29	50,41	52,93
	IV	25,64	28,59	43,00		IV	43,00	48,94	51,39
A	III	24,89	27,76	41,75		III	43,00	48,94	51,39
	II	24,17	26,95	40,53		II	41,75	47,52	49,90
	I					I	40,53	46,13	48,44
b) Valor do ponto da GEDR para os Cargos de Médico					b) Valor do ponto da GEDR para os Cargos de Médico				
Tabela I: Jornada de trabalho de 40 horas semanais					Tabela I: Jornada de trabalho de 40 horas semanais				
Em R\$					Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GEDR			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GEDR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	47,76	53,24	60,66	ESPECIAL	III	60,66	69,05	72,50
						II	59,94	68,23	71,64

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
ESPECIAL	II	46,14	51,44	59,94	C	I	59,23	67,42	70,79
	I	44,58	49,70	59,23		VI	58,18	66,22	69,53
	VI	42,06	46,89	58,18		V	57,49	65,44	68,71
	V	40,64	45,30	57,49		IV	56,81	64,66	67,90
C	IV	39,27	43,77	56,81		III	56,14	63,90	67,10
	III	37,94	42,29	56,14		II	55,47	63,14	66,30
	II	36,66	40,86	55,47		I	54,81	62,39	65,51
	I	35,42	39,48	54,81	B	VI	53,84	61,28	64,35
	VI	33,42	37,25	53,84		V	52,27	59,50	62,47
	V	32,45	36,17	52,27		IV	50,75	57,77	60,65
B	IV	31,50	35,12	50,75		III	49,27	56,08	58,89
	III	30,58	34,10	49,27		II	47,83	54,44	57,16
	II	29,69	33,11	47,83		I	46,44	52,86	55,50
	I	28,83	32,15	46,44	A	V	45,62	51,93	54,52
	V	27,20	30,33	45,62		IV	44,29	50,41	52,93
	IV	26,41	29,45	44,29		III	43,00	48,94	51,39
A	III	25,64	28,59	43,00		II	41,75	47,52	49,90
	II	24,89	27,76	41,75		I	40,53	46,13	48,44
	I	24,17	26,95	40,53					

Tabela II: Jornada de trabalho de 20 horas semanais
Em R\$

		VALOR DO PONTO DA GEDR		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
	III	23,88	26,62	30,33
ESPECIAL	II	23,07	25,72	29,97
	I	22,29	24,85	29,62

Tabela II: Jornada de trabalho de 20 horas semanais
Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GEDR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	30,33	34,53	36,25
	II	29,97	34,12	35,82
	I	29,62	33,71	35,40
C	VI	29,09	33,11	34,77

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação				
	VI	21,03	23,45	29,09
	V	20,32	22,65	28,75
C	IV	19,64	21,89	28,41
	III	18,97	21,15	28,07
	II	18,33	20,43	27,74
	I	17,71	19,74	27,41
	VI	16,71	18,63	26,92
	V	16,23	18,09	26,14
B	IV	15,75	17,56	25,38
	III	15,29	17,05	24,64
	II	14,85	16,56	23,92
	I	14,42	16,08	23,22
	V	13,60	15,17	22,81
	IV	13,21	14,73	22,15
A	III	12,82	14,30	21,50
	II	12,45	13,88	20,88
	I	12,09	13,48	20,27

Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	V	28,75	32,72	34,36
	IV	28,41	32,33	33,95
	III	28,07	31,95	33,55
	II	27,74	31,57	33,15
	I	27,41	31,20	32,76
B	VI	26,92	30,64	32,18
	V	26,14	29,75	31,24
	IV	25,38	28,89	30,33
	III	24,64	28,04	29,45
	II	23,92	27,22	28,58
A	I	23,22	26,43	27,75
	V	22,81	25,97	27,26
	IV	22,15	25,21	26,47
	III	21,50	24,47	25,70
	II	20,88	23,76	24,95
	I	20,27	23,07	24,22

c) Valor do ponto da GEDR para os cargos de nível intermediário Em R\$				
		VALOR DO PONTO DA GEDR		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
	III	27,44	30,59	34,85
ESPECIAL	II	26,64	29,87	34,07
	I	25,86	29,17	33,30
	VI	24,63	27,78	31,87
	V	23,91	27,13	31,15

c) Valor do ponto da GEDR para os cargos de nível intermediário Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GEDR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	34,85	39,67	41,65
	II	34,07	38,78	40,72
	I	33,30	37,90	39,80
C	VI	31,87	36,28	38,09
	V	31,15	35,46	37,23
	IV	30,45	34,66	36,39

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
C	IV	23,21	26,49	30,45	B	III	29,77	33,89	35,58
	III	22,53	25,87	29,77		II	29,10	33,12	34,78
	II	21,87	25,26	29,10		I	28,45	32,38	34,00
	I	21,23	24,67	28,45		VI	27,22	30,98	32,53
	VI	20,22	23,50	27,22		V	26,43	30,08	31,59
	V	19,63	22,82	26,43		IV	25,66	29,21	30,67
B	IV	19,06	22,16	25,66		III	24,91	28,35	29,77
	III	18,50	21,51	24,91		II	24,18	27,52	28,90
	II	17,96	20,88	24,18		I	23,48	26,73	28,06
	I	17,44	20,27	23,48	A	V	22,47	25,58	26,86
	V	16,61	19,30	22,47		IV	21,82	24,84	26,08
	IV	16,13	18,74	21,82		III	21,18	24,11	25,31
A	III	15,66	18,19	21,18		II	20,56	23,40	24,57
	II	15,20	17,66	20,56		I	19,96	22,72	23,86
	I	14,76	17,15	19,96					
d) Valor do ponto da GEDR para os cargos de nível auxiliar					d) Valor do ponto da GEDR para os cargos de nível auxiliar				
Em R\$					Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GEDR			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GEDR		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	9,69	10,63	11,63	ESPECIAL	III	11,63	13,24	13,90
ESPECIAL	II	9,14	10,42	11,40		II	11,40	12,98	13,62
	I	8,96	10,22	11,18		I	11,18	12,73	13,36
Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004					ANEXO X				
ANEXO III					(Anexo III à Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004)				
(Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009)					VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA ANVISA				
VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA ANVISA									
a) Vencimento básico dos cargos de nível superior, exceto o de Médico, do Plano Especial de Cargos da Anvisa					a) Vencimento básico dos cargos de nível superior, exceto o de Médico, do Plano Especial de Cargos da ANVISA				

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
Em R\$					Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	4.776,00	5.324,00	6.065,50		III	6.065,50	6.903,99	7.249,19
ESPECIAL	II	4.614,49	5.143,96	5.946,57	ESPECIAL	II	5.946,57	6.768,62	7.107,05
	I	4.458,44	4.970,01	5.829,97		I	5.829,97	6.635,90	6.967,69
	VI	4.206,08	4.688,69	5.660,17		VI	5.660,17	6.442,62	6.764,76
	V	4.063,85	4.530,14	5.549,19		V	5.549,19	6.316,30	6.632,12
C	IV	3.926,43	4.376,95	5.440,38	C	IV	5.440,38	6.192,45	6.502,07
	III	3.793,65	4.228,94	5.333,71		III	5.333,71	6.071,04	6.374,59
	II	3.665,36	4.085,93	5.229,13		II	5.229,13	5.952,00	6.249,60
	I	3.541,41	3.947,76	5.126,60		I	5.126,60	5.835,29	6.127,06
	VI	3.340,95	3.724,30	4.977,28		VI	4.977,28	5.665,33	5.948,60
	V	3.227,97	3.598,36	4.879,69		V	4.879,69	5.554,25	5.831,96
B	IV	3.118,81	3.476,68	4.784,01	B	IV	4.784,01	5.445,35	5.717,61
	III	3.013,34	3.359,11	4.690,21		III	4.690,21	5.338,58	5.605,51
	II	2.911,44	3.245,52	4.598,25		II	4.598,25	5.233,91	5.495,60
	I	2.812,99	3.135,77	4.508,09		I	4.508,09	5.131,28	5.387,85
	V	2.653,76	2.958,27	4.376,79		V	4.376,79	4.981,83	5.230,92
	IV	2.564,02	2.858,23	4.290,97		IV	4.290,97	4.884,15	5.128,36
A	III	2.477,31	2.761,57	4.206,83	A	III	4.206,83	4.788,38	5.027,80
	II	2.393,54	2.668,18	4.124,34		II	4.124,34	4.694,48	4.929,21
	I	2.312,60	2.577,95	4.043,47		I	4.043,47	4.602,43	4.832,56
b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Anvisa Tabela I: Jornada de trabalho de 40 horas semanais Em R\$					b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da ANVISA Tabela I: Jornada de trabalho de 40 horas semanais Em R\$				

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
		VENCIMENTO BÁSICO					VENCIMENTO BÁSICO		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	4.776,00	5.324,00	6.065,50	ESPECIAL	III	6.065,50	6.903,99	7.249,19
ESPECIAL	II	4.614,49	5.143,96	5.946,57		II	5.946,57	6.768,62	7.107,05
	I	4.458,44	4.970,01	5.829,97		I	5.829,97	6.635,90	6.967,69
	VI	4.206,08	4.688,69	5.660,17	C	VI	5.660,17	6.442,62	6.764,76
	V	4.063,85	4.530,14	5.549,19		V	5.549,19	6.316,30	6.632,12
C	IV	3.926,43	4.376,95	5.440,38		IV	5.440,38	6.192,45	6.502,07
	III	3.793,65	4.228,94	5.333,71		III	5.333,71	6.071,04	6.374,59
	II	3.665,36	4.085,93	5.229,13		II	5.229,13	5.952,00	6.249,60
	I	3.541,41	3.947,76	5.126,60		I	5.126,60	5.835,29	6.127,06
	VI	3.340,95	3.724,30	4.977,28	B	VI	4.977,28	5.665,33	5.948,60
	V	3.227,97	3.598,36	4.879,69		V	4.879,69	5.554,25	5.831,96
B	IV	3.118,81	3.476,68	4.784,01		IV	4.784,01	5.445,35	5.717,61
	III	3.013,34	3.359,11	4.690,21		III	4.690,21	5.338,58	5.605,51
	II	2.911,44	3.245,52	4.598,25		II	4.598,25	5.233,91	5.495,60
	I	2.812,99	3.135,77	4.508,09		I	4.508,09	5.131,28	5.387,85
	V	2.653,76	2.958,27	4.376,79	A	V	4.376,79	4.981,83	5.230,92
	IV	2.564,02	2.858,23	4.290,97		IV	4.290,97	4.884,15	5.128,36
A	III	2.477,31	2.761,57	4.206,83		III	4.206,83	4.788,38	5.027,80
	II	2.393,54	2.668,18	4.124,34		II	4.124,34	4.694,48	4.929,21
	I	2.312,60	2.577,95	4.043,47		I	4.043,47	4.602,43	4.832,56

Tabela II: Jornada de trabalho de 20 horas semanais					Tabela II: Jornada de trabalho de 20 horas semanais				
Em R\$					Em R\$				
		VENCIMENTO BÁSICO			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
							EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010					
	III	2.388,00	2.662,00	3.032,75	ESPECIAL	III	3.032,75	3.451,99	3.624,59
ESPECIAL	II	2.307,25	2.571,98	2.973,29		II	2.973,29	3.384,31	3.553,52
	I	2.229,22	2.485,01	2.914,99		I	2.914,99	3.317,95	3.483,85
	VI	2.103,04	2.344,35	2.830,09	C	VI	2.830,09	3.221,31	3.382,38
	V	2.031,93	2.265,07	2.774,60		V	2.774,60	3.158,15	3.316,06
	IV	1.963,22	2.188,48	2.720,19		IV	2.720,19	3.096,23	3.251,04
C	III	1.896,83	2.114,47	2.666,86		III	2.666,86	3.035,52	3.187,29
	II	1.832,68	2.042,97	2.614,57		II	2.614,57	2.976,00	3.124,80
	I	1.770,71	1.973,88	2.563,30		I	2.563,30	2.917,65	3.063,53
	VI	1.670,48	1.862,15	2.488,64	B	VI	2.488,64	2.832,67	2.974,30
	V	1.613,99	1.799,18	2.439,85		V	2.439,85	2.777,13	2.915,98
	IV	1.559,41	1.738,34	2.392,01		IV	2.392,01	2.722,67	2.858,81
B	III	1.506,67	1.679,56	2.345,11		III	2.345,11	2.669,29	2.802,75
	II	1.455,72	1.622,76	2.299,13		II	2.299,13	2.616,95	2.747,80
	I	1.406,50	1.567,89	2.254,05		I	2.254,05	2.565,64	2.693,92
	V	1.326,88	1.479,14	2.188,40	A	V	2.188,40	2.490,92	2.615,46
	IV	1.282,01	1.429,12	2.145,49		IV	2.145,49	2.442,07	2.564,18
	III	1.238,66	1.380,79	2.103,42		III	2.103,42	2.394,19	2.513,90
A	II	1.196,77	1.334,09	2.062,17		II	2.062,17	2.347,24	2.464,60
	I	1.156,30	1.288,98	2.021,74		I	2.021,74	2.301,22	2.416,28
c) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos da Anvisa Em R\$					c) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos da ANVISA Em R\$				
		VENCIMENTO BÁSICO					VENCIMENTO BÁSICO		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL	1º JAN	1º JAN

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	III	2.744,31	3.059,19	3.485,26			2010	2014	2015
ESPECIAL	II	2.669,56	2.975,87	3.390,33	ESPECIAL	III	3.485,26	3.967,06	4.165,41
	I	2.596,85	2.894,82	3.297,99		II	3.390,33	3.859,00	4.051,96
	VI	2.473,19	2.756,97	3.140,94		I	3.297,99	3.753,90	3.941,59
	V	2.405,83	2.681,88	3.055,39		VI	3.140,94	3.575,14	3.753,90
C	IV	2.340,30	2.608,83	2.972,17		V	3.055,39	3.477,76	3.651,65
	III	2.276,56	2.537,77	2.891,22	C	IV	2.972,17	3.383,04	3.552,19
	II	2.214,55	2.468,65	2.812,47		III	2.891,22	3.290,90	3.455,44
	I	2.154,23	2.401,41	2.735,87		II	2.812,47	3.201,26	3.361,33
	VI	2.051,65	2.287,06	2.605,59		I	2.735,87	3.114,07	3.269,78
	V	1.995,77	2.224,77	2.534,62		VI	2.605,59	2.965,78	3.114,07
B	IV	1.941,41	2.164,17	2.465,58		V	2.534,62	2.885,00	3.029,25
	III	1.888,53	2.105,22	2.398,42	B	IV	2.465,58	2.806,42	2.946,74
	II	1.837,09	2.047,88	2.333,09		III	2.398,42	2.729,97	2.866,47
	I	1.787,05	1.992,10	2.269,54		II	2.333,09	2.655,61	2.788,39
	V	1.701,95	1.897,24	2.161,47		I	2.269,54	2.583,28	2.712,44
	IV	1.655,59	1.845,56	2.102,60		V	2.161,47	2.460,27	2.583,28
A	III	1.610,50	1.795,29	2.045,33		IV	2.102,60	2.393,26	2.512,92
	II	1.566,63	1.746,39	1.989,62	A	III	2.045,33	2.328,07	2.444,48
	I	1.523,96	1.698,82	1.935,43		II	1.989,62	2.264,66	2.377,90
						I	1.935,43	2.202,98	2.313,13
d) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos da Anvisa					d) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos da ANVISA				
		VENCIMENTO BÁSICO			Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	III	1.288,95	1.314,73	1.341,02			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	II	1.276,19	1.282,66	1.308,31	ESPECIAL	III	1.341,02	1.526,40	1.602,72
						II	1.308,31	1.489,17	1.563,63

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	I	1.263,55	1.251,38	1.276,40		I	1.276,40	1.452,85	1.525,49
					ANEXO XI CONTRATOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PASSÍVEIS DE PRORROGAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 20 DESTA MEDIDA PROVISÓRIA.				
					FUNDAMENTO	ATIVIDADES		QTDE.	
					Art. 2º, Inciso VI, alínea “i”, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993	Atividades Técnicas de Suporte - Nível Superior		17	
						Atividades Técnicas de Complexidade Intelectual		16	
						Atividades Técnicas de Complexidade Gerencial		3	
						TOTAL		36	
Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 ANEXO VII (Redação dada pela Lei nº 12.186, de 2009). TABELA DE VALOR DO PONTO DAS GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO A QUE SE REFEREM OS ARTS. 15, 15-A E 15-B					ANEXO XII (Anexo VII à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005). TABELA DO VALOR DO PONTO DAS GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO A QUE SE REFEREM O ART. 15, ART. 15-A E ART. 15-B				
a) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura de Transportes - GDAIT Tabela I: Valor do ponto da GDAIT para os cargos de Analista em Infraestrutura de Transportes da Carreira de Infraestrutura de Transportes Em R\$					a) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura de Transportes - GDAIT Tabela I: Valor do ponto da GDAIT para os cargos de Analista em Infraestrutura de Transportes da Carreira de Infraestrutura de Transportes Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIT			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIT		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010			1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	20,45	23,01	66,53	ESPECIAL	III	66,53	81,45	89,57
	II	19,95	22,45	65,21		II	65,21	80,12	88,25
	I	19,46	21,90	63,93		I	63,93	78,81	86,95
B	V	18,80	21,16	62,34	B	V	62,34	76,10	83,61
	IV	18,34	20,64	61,16		IV	61,16	74,88	82,37
	III	17,89	20,14	60,02		III	60,02	73,68	81,15
	II	17,45	19,65	58,92		II	58,92	72,51	79,95
	I	17,02	19,17	57,85		I	57,85	71,36	78,77
	V	16,44	18,52	56,57		V	56,57	68,96	75,74

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013						
A	IV	16,04	18,07	55,59	A	IV	55,59	67,65	74,25		
	III	15,65	17,63	54,64		III	54,64	66,38	72,79		
	II	15,27	17,20	53,72		II	53,72	65,13	71,36		
	I	14,90	16,78	52,82		I	52,82	63,91	69,96		
Tabela II: Valor do ponto da GDAIT para os cargos de Cargos de Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes Carreira de Suporte à Infraestrutura de Transportes Em R\$					Tabela II: Valor do ponto da GDAIT para os cargos de Cargos de Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes Carreira de Suporte à Infraestrutura de Transportes Em R\$						
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIT			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIT				
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010			1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015		
ESPECIAL	III	11,32	12,83	40,98	ESPECIAL	III	40,98	46,70	49,76		
	II	10,88	12,34	39,81		II	39,81	45,65	48,78		
	I	10,46	11,87	38,69		I	38,69	44,63	47,82		
B	V	9,82	11,15	36,43	B	V	36,43	42,63	45,98		
	IV	9,44	10,72	35,39		IV	35,39	41,67	45,08		
	III	9,08	10,31	34,38		III	34,38	40,74	44,20		
	II	8,73	9,91	33,41		II	33,41	39,83	43,33		
	I	8,39	9,53	32,45		I	32,45	38,93	42,48		
A	V	8,07	9,16	30,28	A	V	30,28	36,37	39,70		
	IV	7,58	8,60	28,84		IV	28,84	35,10	38,54		
	III	7,29	8,27	27,32		III	27,32	33,82	37,42		
	II	7,01	7,95	25,89		II	25,89	32,59	36,33		
	I	6,74	7,64	24,55		I	24,55	31,41	35,27		
b) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT Tabela I: Valor do ponto da GDIT para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNIT referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 Em R\$					b) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT Tabela I: Valor do ponto da GDIT para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNIT referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005. Em R\$						
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO DO PONTO DA GDAIT			CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO DO PONTO DA GDAIT		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE						EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010				1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	ESPECIAL	III	20,45	23,01	66,53		ESPECIAL	III	66,53	81,45	89,57
		II	20,25	22,78	64,82			II	64,82	79,97	88,25
		I	20,05	22,55	63,18						

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Arquiteto	C	VI	19,57	22,01	59,23	Arquiteto	C	I	63,18	78,53	86,95
Economista		V	19,38	21,79	57,79	Economista		VI	59,23	75,45	84,42
Engenheiro		IV	19,19	21,57	56,40	Engenheiro		V	57,79	74,11	83,17
Engenheiro		III	19,00	21,36	55,06	Engenheiro		IV	56,40	72,81	81,94
Engenheiro		II	18,81	21,15	53,77	Engenheiro		III	55,06	71,54	80,73
Engenheiro		I	18,62	20,94	50,32	Engenheiro		II	53,77	70,29	79,54
Agrônomo	B	VI	18,17	20,44	49,52	Agrônomo	B	I	50,32	68,21	78,36
Engenheiro de Operações		V	17,99	20,24	48,44	Engenheiro de Operações		VI	49,52	66,49	76,08
Engenheiro de Operações		IV	17,81	20,04	47,39	Engenheiro de Operações		V	48,44	65,37	74,96
Estatístico		III	17,63	19,84	46,37	Estatístico		IV	47,39	64,27	73,85
Geólogo		II	17,46	19,64	45,01	Geólogo		III	46,37	63,19	72,76
Geólogo		I	17,29	19,45	43,70	Geólogo		II	45,01	61,98	71,68
	A	V	16,88	18,98	42,43		A	I	43,70	60,81	70,62
		IV	16,71	18,79	41,19			V	42,43	59,03	68,56
		III	16,54	18,60	39,99			IV	41,19	57,91	67,55
		II	16,38	18,42	38,83			III	39,99	56,81	66,55
		I	14,90	16,78	37,70			II	38,83	55,74	65,57
								I	37,70	54,69	64,60

Tabela II: Valor do ponto da GDIT para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNIT referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

Em R\$

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDIT		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010
Agente de Serviços de Engenharia	ESPECIAL	III	11,32	12,83	36,88
		II	10,88	12,34	35,71
		I	10,46	11,87	34,58
	C	VI	9,82	11,15	32,32
		V	9,44	10,72	31,29
		IV	9,08	10,31	30,28
		III	8,73	9,91	29,30
		II	8,39	9,53	28,35

Tabela II: Valor do ponto da GDIT para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNIT referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

Em R\$

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDIT		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
			1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
Agente de Serviços de Engenharia	ESPECIAL	III	36,88	45,17	49,76
		II	35,71	44,24	48,98
		I	34,58	43,32	48,21
	C	VI	32,32	41,58	46,81
		V	31,29	40,71	46,07
		IV	30,28	39,86	45,34
		III	29,30	39,04	44,63
		II	28,35	38,22	43,93

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação						Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Técnico de Estradas Tecnologista	B	I	8,07	9,16	26,18	Técnico de Estradas Tecnologista	B	I	26,18	36,92	43,24
		VI	7,58	8,60	24,73			VI	24,73	35,55	41,98
		V	7,29	8,27	23,22			V	23,22	34,52	41,32
		IV	7,01	7,95	21,79			IV	21,79	33,51	40,67
		III	6,74	7,64	20,45			III	20,45	32,54	40,03
		II	6,48	7,35	20,44			II	20,44	32,17	39,40
	A	I	6,23	7,07	19,95		A	I	19,95	31,59	38,78
		V	5,85	6,64	19,03			V	19,03	30,52	37,65
		IV	5,63	6,38	18,58			IV	18,58	29,97	37,06
		III	5,41	6,13	18,13			III	18,13	29,43	36,48
		II	5,20	5,89	17,70			II	17,70	28,90	35,91
		I	5,00	5,66	17,27			I	17,27	28,37	35,34

c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNIT - GDADNIT ([Redação dada pela Lei nº 12.702, de 2012](#))

Tabela I: Valor do ponto da GDADNIT para os cargos de Analista Administrativo da Carreira de Analista Administrativo

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNIT		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010
ESPECIAL	III	22,65	25,63	35,58
	II	21,74	24,64	35,14
	I	20,86	23,69	34,69
B	V	19,87	22,56	33,79
	IV	19,07	21,69	33,35
	III	18,30	20,86	32,92
	II	17,56	20,06	32,49
	I	16,85	19,29	32,06
A	V	16,17	18,55	31,55
	IV	15,40	17,67	30,79
	III	14,78	16,99	30,37
	II	14,18	16,34	29,96

c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNIT - GDADNIT

Tabela I: Valor do ponto da GDADNIT para os cargos de Analista Administrativo da Carreira de Analista Administrativo

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNIT		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	35,58	52,62	62,32
	II	35,14	52,05	61,70
	I	34,69	51,49	61,09
B	V	33,79	50,36	59,89
	IV	33,35	49,81	59,30
	III	32,92	49,26	58,71
	II	32,49	48,72	58,13
	I	32,06	48,17	57,55
A	V	31,55	47,27	56,42
	IV	30,79	46,58	55,86
	III	30,37	46,06	55,31
	II	29,96	45,55	54,76

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	I	13,61	15,71	29,55		I	29,55	45,04	54,22
Tabela II: Valor do ponto da GDADNIT para os cargos de Técnico-Administrativo da Carreira de Técnico Administrativo Em R\$					Tabela II: Valor do ponto da GDADNIT para os cargos de Técnico-Administrativo da Carreira de Técnico Administrativo Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNIT			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNIT		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010			1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	11,32	12,83	17,76	ESPECIAL	III	17,76	29,19	35,95
	II	10,88	12,34	17,60		II	17,60	28,79	35,42
	I	10,46	11,87	17,42		I	17,42	28,39	34,90
B	V	9,82	11,15	16,58	B	V	16,58	27,22	33,56
	IV	9,44	10,72	16,40		IV	16,40	26,83	33,06
	III	9,08	10,31	16,21		III	16,21	26,45	32,57
	II	8,73	9,91	16,02		II	16,02	26,07	32,09
	I	8,39	9,53	15,81		I	15,81	25,69	31,62
A	V	8,07	9,16	14,57	A	V	14,57	24,43	30,40
	IV	7,58	8,60	13,99		IV	13,99	23,89	29,95
	III	7,29	8,27	13,13		III	13,13	23,24	29,51
	II	7,01	7,95	12,32		II	12,32	22,61	29,07
	I	6,74	7,64	11,57		I	11,57	22,01	28,64
d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT - GDAPEC Tabela I: Valor do ponto da GDAPEC para os demais cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNIT Em R\$					d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT - GDAPEC Tabela I: Valor do ponto da GDAPEC para os demais cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNIT Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEC			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEC		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010			1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	22,65	25,63	53,88	ESPECIAL	III	53,88	69,62	78,47
	II	21,74	24,64	52,48		II	52,48	68,35	77,31
	I	20,86	23,69	51,12		I	51,12	67,11	76,17
	VI	19,87	22,56	49,42		VI	49,42	65,29	74,31
	V	19,07	21,69	48,13		V	48,13	64,10	73,21

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
C	IV	18,30	20,86	46,88	C	IV	46,88	62,94	72,13
	III	17,56	20,06	45,66		III	45,66	61,79	71,06
	II	16,85	19,29	44,48		II	44,48	60,67	70,01
	I	16,17	18,55	43,32		I	43,32	59,57	68,98
B	VI	15,40	17,67	41,88	B	VI	41,88	57,96	67,30
	V	14,78	16,99	40,80		V	40,80	56,91	66,31
	IV	14,18	16,34	39,73		IV	39,73	55,88	65,33
	III	13,61	15,71	38,70		III	38,70	54,86	64,36
	II	13,06	15,11	37,70		II	37,70	53,87	63,41
	I	12,53	14,53	36,71		I	36,71	52,89	62,47
A	V	11,93	13,84	35,50	A	V	35,50	51,46	60,95
	IV	11,45	13,31	34,58		IV	34,58	50,54	60,05
	III	10,99	12,80	33,68		III	33,68	49,62	59,16
	II	10,55	12,31	32,80		II	32,80	48,73	58,29
	I	10,12	11,84	31,95		I	31,95	47,85	57,43

Tabela II: Valor do ponto da GDAPEC para os demais cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNIT
Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEC		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010
ESPECIAL	III	11,32	12,83	26,01
	II	10,88	12,34	25,35
	I	10,46	11,87	24,71
C	VI	9,82	11,15	23,85
	V	9,44	10,72	23,25
	IV	9,08	10,31	22,66
	III	8,73	9,91	22,08
	II	8,39	9,53	21,52
	I	8,07	9,16	20,98
B	VI	7,58	8,60	20,26
	V	7,29	8,27	19,75
	IV	7,01	7,95	19,24

Tabela II: Valor do ponto da GDAPEC para os demais cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNIT

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEC		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	26,01	34,16	38,72
	II	25,35	33,55	38,15
	I	24,71	32,95	37,59
C	VI	23,85	32,04	36,67
	V	23,25	31,47	36,13
	IV	22,66	30,91	35,60
	III	22,08	30,35	35,07
	II	21,52	29,81	34,55
	I	20,98	29,27	34,04
	VI	20,26	28,47	33,21
	V	19,75	27,97	32,72

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação				
A	III	6,74	7,64	18,75
	II	6,48	7,35	18,27
	I	6,23	7,07	17,82
	V	5,85	6,64	17,20
	IV	5,63	6,38	16,77
	III	5,41	6,13	16,35
	II	5,20	5,89	15,93
	I	5,00	5,66	15,53
	Tabela III: Valor do ponto da GDAPEC para os Cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT Em R\$			
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEC EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JAN 2010
ESPECIAL	III	5,95	7,17	8,80
	II	5,78	6,96	8,43
	I	5,61	6,76	8,34
Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012				
ANEXO XLV				
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E DE VALOR DAS GRATIFICAÇÕES E RETRIBUIÇÕES PARA O CARGO DE MÉDICO				
.....				
Tabela XII - Plano Especial de Cargos do DNIT				
.....				
c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do DNIT - GDM-DNIT para os cargos de nível superior de Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, com jornada de 40 horas semanais. Em R\$				
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO	
		III	53,88	

Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
B	IV	19,24	27,46	32,24
	III	18,75	26,97	31,76
	II	18,27	26,49	31,29
	I	17,82	26,02	30,83
A	V	17,20	25,30	30,08
	IV	16,77	24,86	29,64
	III	16,35	24,42	29,20
	II	15,93	23,98	28,77
	I	15,53	23,55	28,34
Tabela III: Valor do ponto da GDAPEC para os Cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEC EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	8,80	11,05	12,27
	II	8,43	10,68	11,90
	I	8,34	10,59	11,81
ANEXO XIII				
(Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)				
“.....				
Tabela XII - Plano Especial de Cargos do DNIT				
.....				
c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do DNIT - GDM-DNIT para os cargos de nível superior de Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, com jornada de 40 horas semanais. Em R\$				
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO	
			Até 31 de dezembro de 2013	A partir de 1º de janeiro de 2014
				A partir de 1º de janeiro de 2015

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação				Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013						
Médico	ESPECIAL	II	52,48	Médico	ESPECIAL	III	53,88	69,62	78,47	
		I	51,12			II	52,48	68,35	77,31	
	C	VI	49,42			I	51,12	67,11	76,17	
		V	48,13		C	VI	49,42	65,29	74,31	
		IV	46,88			V	48,13	64,10	73,21	
		III	45,66			IV	46,88	62,94	72,13	
		II	44,48			III	45,66	61,79	71,06	
		I	43,32			II	44,48	60,67	70,01	
		VI	41,88			I	43,32	59,57	68,98	
	B	V	40,80		B	VI	41,88	57,96	67,30	
		IV	39,73			V	40,80	56,91	66,31	
		III	38,70			IV	39,73	55,88	65,33	
		II	37,70			III	38,70	54,86	64,36	
		I	36,71			II	37,70	53,87	63,41	
	A	V	35,50			I	36,71	52,89	62,47	
		IV	34,58		A	V	35,50	51,46	60,95	
		III	33,68			IV	34,58	50,54	60,05	
		II	32,80			III	33,68	49,62	59,16	
		I	31,95			II	32,80	48,73	58,29	
			I			31,95	47,85	57,43		
d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do DNIT - GDM-DNIT para os cargos de nível superior de Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, com jornada de 20 horas semanais. Em R\$										
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO	CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO			
	ESPECIAL	III	53,88	Médico	ESPECIAL	III	53,88	Até 31 de dezembro de 2013	A partir de 1º de janeiro de 2014	A partir de 1º de janeiro de 2015
		II	52,48			II	52,48	69,62	68,35	77,31
		I	51,12			I	51,12	67,11	76,17	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação				Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Médico	C	VI	49,42	C	VI	49,42	65,29	74,31	
		V	48,13		V	48,13	64,10	73,21	
		IV	46,88		IV	46,88	62,94	72,13	
		III	45,66		III	45,66	61,79	71,06	
		II	44,48		II	44,48	60,67	70,01	
		I	43,32		I	43,32	59,57	68,98	
	B	VI	41,88	B	VI	41,88	57,96	67,30	
		V	40,80		V	40,80	56,91	66,31	
		IV	39,73		IV	39,73	55,88	65,33	
		III	38,70		III	38,70	54,86	64,36	
		II	37,70		II	37,70	53,87	63,41	
		I	36,71		I	36,71	52,89	62,47	
	A	V	35,50	A	V	35,50	51,46	60,95	
		IV	34,58		IV	34,58	50,54	60,05	
		III	33,68		III	33,68	49,62	59,16	
		II	32,80		II	32,80	48,73	58,29	
		I	31,95		I	31,95	47,85	57,43	
.....”(NR)									
Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002				ANEXO XIV					
ANEXO III				(Anexo III à Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002)					
(Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)				TABELA DE VALOR DOS PONTOS GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO - GDAPA					
TABELA DE VALOR DOS PONTOS GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PERITO FEDERAL AGRÁRIO – GDAPA				Em R\$					
Em R\$				Em R\$					
CLASSE	PADRÃO	VALOR PONTO DA GDAPA			CLASSE	PADRÃO	VALOR PONTO DA GDAPA A PARTIR DE		
		A PARTIR DE 1ª DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1ª DE JULHO DE 2009	A PARTIR DE 1ª DE JULHO DE 2010			1ª JUL 2010	1ª JAN 2014	1ª JAN 2015
ESPECIAL	III	26,3300	27,5200	30,1500	ESPECIAL	III	30,15	46,75	56,38
	II	25,6900	26,8500	29,4100		II	29,41	45,20	54,32
	I	25,0600	26,2000	28,6900		I	28,69	43,69	52,33
	IV	24,1000	25,1900	27,5900	C	IV	27,59	40,69	48,14
						III	26,92	39,34	46,38
						II	26,26	38,03	44,68

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
C	III	23,5100	24,5800	26,9200	B	I	25,62	36,76	43,04	
	II	22,9400	23,9800	26,2600		IV	24,63	34,24	39,60	
	I	22,3800	23,4000	25,6200			III	24,03	33,11	38,15
B	IV	21,5200	22,5000	24,6300			II	23,44	32,01	36,75
	III	21,0000	21,9500	24,0300			I	22,87	30,94	35,40
	II	20,4900	21,4100	23,4400	A	V	21,99	28,83	32,57	
	I	19,9900	20,8900	22,8700		IV	21,45	27,88	31,38	
A	V	19,2200	20,0900	21,9900		III	20,93	26,96	30,23	
	IV	18,7500	19,6000	21,4500		II	20,42	26,07	29,12	
	III	18,2900	19,1200	20,9300		I	20,14	25,28	28,05	
	II	17,8400	18,6500	20,4200						
I	17,4000	18,2000	20,1400							
Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004					ANEXO XV					
ANEXO II					(Anexo II à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)					
(Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009)					TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DO DNPM, CRIADAS PELO ART. 1º					
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DO DNPM, CRIADAS NO ART. 1º DESTA LEI					TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DO DNPM, CRIADAS PELO ART. 1º					
a) Vencimento básico da Carreira de Especialista em Recursos Minerais					a) Vencimento básico da Carreira de Especialista em Recursos Minerais					
Em R\$					Em R\$					
		VENCIMENTO BÁSICO			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015	
	III	5.222,18	5.378,85	5.540,22	ESPECIAL	III	5.540,22	6.108,09	6.413,50	
	II	5.021,33	5.171,97	5.327,13		II	5.327,13	5.873,16	6.166,82	
ESPECIAL	I	4.828,20	4.973,05	5.122,24		I	5.122,24	5.647,27	5.929,63	
	V	4.429,54	4.562,43	4.699,30	B	V	4.699,30	5.180,98	5.440,03	
	IV	4.259,17	4.386,95	4.518,56		IV	4.518,56	4.981,71	5.230,80	
	III	4.095,36	4.218,22	4.344,77		III	4.344,77	4.790,11	5.029,61	
B	II	3.937,85	4.055,98	4.177,66		II	4.177,66	4.605,87	4.836,16	
	I	3.786,39	3.899,98	4.016,98		I	4.016,98	4.428,72	4.650,16	
						V	3.685,30	4.063,04	4.266,20	
						IV	3.543,56	3.906,77	4.102,11	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	V	3.473,75	3.577,96	3.685,30	A	III	3.407,27	3.756,52	3.944,34
	IV	3.340,14	3.440,35	3.543,56		II	3.276,22	3.612,03	3.792,63
A	III	3.211,67	3.308,03	3.407,27		I	3.150,21	3.473,11	3.646,76
	II	3.088,14	3.180,80	3.276,22					
	I	2.969,37	3.058,46	3.150,21					
b) Vencimento básico da Carreira de Técnico em Atividades de Mineração Em R\$					b) Vencimento básico da Carreira de Técnico em Atividades de Mineração Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	2.627,48	2.706,30	2.787,49	ESPECIAL	III	2.787,49	3.073,21	3.226,87
ESPECIAL	II	2.550,95	2.627,48	2.706,30		II	2.706,30	2.983,70	3.132,88
	I	2.476,65	2.550,95	2.627,48		I	2.627,48	2.896,80	3.041,64
	V	2.329,87	2.395,26	2.467,12	B	V	2.467,12	2.720,00	2.856,00
	IV	2.262,01	2.325,50	2.395,26		IV	2.395,26	2.640,77	2.772,81
B	III	2.196,13	2.257,77	2.325,50		III	2.325,50	2.563,86	2.692,06
	II	2.132,17	2.192,01	2.257,77		II	2.257,77	2.489,19	2.613,65
	I	2.070,07	2.128,17	2.192,01		I	2.192,01	2.416,69	2.537,53
	V	1.931,04	1.988,94	2.048,61	A	V	2.048,61	2.258,59	2.371,52
	IV	1.801,34	1.858,82	1.914,59		IV	1.914,59	2.110,84	2.216,38
A	III	1.680,35	1.737,21	1.789,34		III	1.789,34	1.972,75	2.071,38
	II	1.567,49	1.623,56	1.672,28		II	1.672,28	1.843,69	1.935,87
	I	1.462,21	1.517,35	1.562,88		I	1.562,88	1.723,08	1.809,23
c) Vencimento básico da Carreira de Analista Administrativo Em R\$					c) Vencimento básico da Carreira de Analista Administrativo Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	5.222,18	5.378,85	5.540,22	ESPECIAL	III	5.540,22	6.108,09	6.413,50
	II	5.021,33	5.171,97	5.327,13		II	5.327,13	5.873,16	6.166,82
ESPECIAL	I	4.828,20	4.973,05	5.122,24		I	5.122,24	5.647,27	5.929,63
	V	4.429,54	4.562,43	4.699,30	B	V	4.699,30	5.180,98	5.440,03
	IV	4.259,17	4.386,95	4.518,56		IV	4.518,56	4.981,71	5.230,80
	III	4.095,36	4.218,22	4.344,77		III	4.344,77	4.790,11	5.029,61
B	II	3.937,85	4.055,98	4.177,66		II	4.177,66	4.605,87	4.836,16
	I	3.786,39	3.899,98	4.016,98		I	4.016,98	4.428,72	4.650,16
	V	3.473,75	3.577,96	3.685,30	A	V	3.685,30	4.063,04	4.266,20
	IV	3.340,14	3.440,35	3.543,56		IV	3.543,56	3.906,77	4.102,11
	III	3.211,67	3.308,03	3.407,27		III	3.407,27	3.756,52	3.944,34
A	II	3.088,14	3.180,80	3.276,22		II	3.276,22	3.612,03	3.792,63
	I	2.969,37	3.058,46	3.150,21		I	3.150,21	3.473,11	3.646,76
d) Vencimento básico da Carreira de Técnico Administrativo Em R\$					d) Vencimento básico da Carreira de Técnico Administrativo Em R\$				
		VENCIMENTO BÁSICO					VENCIMENTO BÁSICO		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	2.627,48	2.706,30	2.787,49	ESPECIAL	III	2.787,49	3.073,21	3.226,87
	II	2.550,95	2.627,48	2.706,30		II	2.706,30	2.983,70	3.132,88
ESPECIAL	I	2.476,65	2.550,95	2.627,48		I	2.627,48	2.896,80	3.041,64
	V	2.329,87	2.395,26	2.467,12	B	V	2.467,12	2.720,00	2.856,00
	IV	2.262,01	2.325,50	2.395,26		IV	2.395,26	2.640,77	2.772,81
	III	2.196,13	2.257,77	2.325,50		III	2.325,50	2.563,86	2.692,06
B	II	2.132,17	2.192,01	2.257,77		II	2.257,77	2.489,19	2.613,65
	I	2.070,07	2.128,17	2.192,01		I	2.192,01	2.416,69	2.537,53
						V	2.048,61	2.258,59	2.371,52
						IV	1.914,59	2.110,84	2.216,38

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	V	1.931,04	1.988,94	2.048,61	A	III	1.789,34	1.972,75	2.071,38
	IV	1.801,34	1.858,82	1.914,59		II	1.672,28	1.843,69	1.935,87
A	III	1.680,35	1.737,21	1.789,34		I	1.562,88	1.723,08	1.809,23
	II	1.567,49	1.623,56	1.672,28					
	I	1.462,21	1.517,35	1.562,88					
Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004					ANEXO XVI				
ANEXO V					(Anexo V à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)				
(Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009)					TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNPM				
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNPM					TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNPM				
a) Vencimento básico dos cargos de nível superior					a) Vencimento básico dos cargos de nível superior				
Em R\$					Em R\$				
		VENCIMENTO BÁSICO			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	3.638,18	3.783,71	3.897,22	ESPECIAL	III	3.897,22	4.296,69	4.511,52
	II	3.549,44	3.691,42	3.802,17		II	3.802,17	4.191,89	4.401,49
ESPECIAL	I	3.462,87	3.601,39	3.709,43		I	3.709,43	4.089,65	4.294,13
	VI	3.336,10	3.469,55	3.573,63	C	VI	3.573,63	3.939,93	4.136,92
	V	3.254,73	3.384,93	3.486,47		V	3.486,47	3.843,83	4.036,02
	IV	3.175,35	3.302,37	3.401,43		IV	3.401,43	3.750,08	3.937,58
C	III	3.097,90	3.221,82	3.318,47		III	3.318,47	3.658,61	3.841,54
	II	3.022,34	3.143,24	3.237,53		II	3.237,53	3.569,38	3.747,85
	I	2.948,62	3.066,58	3.158,57		I	3.158,57	3.482,32	3.656,44
	VI	2.840,67	2.954,32	3.042,94	B	VI	3.042,94	3.354,84	3.522,58
	V	2.771,39	2.882,26	2.968,72		V	2.968,72	3.273,01	3.436,66
	IV	2.703,80	2.811,96	2.896,31		IV	2.896,31	3.193,18	3.352,84
	III	2.637,85	2.743,38	2.825,67		III	2.825,67	3.115,30	3.271,07
B	II	2.567,49	2.623,56	2.672,28		II	2.756,75	3.039,32	3.191,28
	I	2.462,21	2.517,35	2.562,88		I	2.689,51	2.965,18	3.113,44
					V	2.591,05	2.856,63	2.999,46	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	II	2.573,51	2.676,47	2.756,75	A	IV	2.527,85	2.786,95	2.926,30
	I	2.510,74	2.611,19	2.689,51		III	2.466,20	2.718,99	2.854,93
	V	2.418,82	2.515,60	2.591,05		II	2.406,05	2.652,67	2.785,30
	IV	2.359,82	2.454,24	2.527,85		I	2.347,37	2.587,98	2.717,37
A	III	2.302,26	2.394,38	2.466,20					
	II	2.246,11	2.335,98	2.406,05					
	I	2.191,33	2.279,00	2.347,37					
b) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário: Em R\$					b) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	2.217,48	2.306,18	2.439,23	ESPECIAL	III	2.439,23	2.689,25	2.823,71
	II	2.163,40	2.249,93	2.379,74		II	2.379,74	2.623,66	2.754,85
	I	2.110,63	2.195,05	2.321,70		I	2.321,70	2.559,67	2.687,66
	VI	2.029,45	2.110,63	2.232,40	C	VI	2.232,40	2.461,22	2.584,28
	V	1.979,95	2.059,15	2.177,95		V	2.177,95	2.401,19	2.521,25
	IV	1.931,66	2.008,93	2.124,83		IV	2.124,83	2.342,63	2.459,76
	III	1.884,55	1.959,93	2.073,00		III	2.073,00	2.285,48	2.399,76
	II	1.838,59	1.912,13	2.022,44		II	2.022,44	2.229,74	2.341,23
	I	1.793,75	1.865,49	1.973,11		I	1.973,11	2.175,35	2.284,12
	VI	1.724,76	1.793,74	1.897,22	B	VI	1.897,22	2.091,69	2.196,27
	V	1.682,69	1.749,99	1.850,95		V	1.850,95	2.040,67	2.142,71
	IV	1.641,65	1.707,31	1.805,80		IV	1.805,80	1.990,89	2.090,44
	III	1.601,61	1.665,67	1.761,76		III	1.761,76	1.942,34	2.039,46
	II	1.562,55	1.625,04	1.718,79		II	1.718,79	1.894,97	1.989,71
	I	1.524,44	1.585,40	1.676,87		I	1.676,87	1.848,75	1.941,19
					A	V	1.612,38	1.777,65	1.866,53
						IV	1.573,05	1.734,29	1.821,00
						III	1.534,68	1.691,98	1.776,58

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	V	1.465,81	1.524,42	1.612,38		II	1.497,25	1.650,72	1.733,25
	IV	1.430,06	1.487,24	1.573,05		I	1.460,73	1.610,45	1.690,98
A	III	1.395,18	1.450,97	1.534,68					
	II	1.361,15	1.415,58	1.497,25					
	I	1.327,95	1.381,05	1.460,73					
c) Cargos de nível auxiliar Em R\$					c) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	1.288,95	1.314,73	1.341,02	ESPECIAL	III	1.341,02	1.478,47	1.552,40
ESPECIAL	II	1.276,19	1.301,71	1.327,74		II	1.327,74	1.463,83	1.537,03
	I	1.263,55	1.288,82	1.314,59		I	1.314,59	1.449,34	1.521,80
Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004					ANEXO XVII				
ANEXO VI-A (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009) TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE RECURSOS MINERAIS – GDARM					(Anexo VI-A à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004) TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE RECURSOS MINERAIS - GDARM				
a) Valor do ponto da GDARM para a Carreira de Especialista em Recursos Minerais Em R\$					a) Valor do ponto da GDARM para a Carreira de Especialista em Recursos Minerais Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDARM EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDARM EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	31,98	61,37	67,41	ESPECIAL	III	67,41	74,32	78,04
ESPECIAL	II	31,59	60,61	66,58		II	66,58	73,40	77,07
	I	31,20	59,86	65,76		I	65,76	72,50	76,13
	V	30,59	58,69	64,47	B	V	64,47	71,08	74,63
	IV	30,21	57,97	63,67		IV	63,67	70,20	73,71
						III	62,88	69,33	72,79
						II	62,10	68,47	71,89

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
B	III	29,84	57,25	62,88		I	61,33	67,62	71,00
	II	29,47	56,54	62,10	A	V	60,13	66,29	69,61
	I	29,11	55,84	61,33		IV	59,39	65,48	68,75
	V	28,54	54,75	60,13		III	58,66	64,67	67,91
	IV	28,19	54,07	59,39		II	57,94	63,88	67,07
A	III	27,84	53,40	58,66		I	57,22	63,09	66,24
	II	27,50	52,74	57,94					
	I	27,16	52,09	57,22					
b) Valor do ponto da GDARM para a Carreira de Técnico em Atividades de Mineração					b) Valor do ponto da GDARM para a Carreira de Técnico em Atividades de Mineração				
		VALOR DO PONTO DA GDARM					VALOR DO PONTO DA GDARM		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	15,73	30,52	33,57	ESPECIAL	III	33,57	37,01	38,86
ESPECIAL	II	15,38	29,83	32,81		II	32,81	36,17	37,98
	I	15,04	29,16	32,08		I	32,08	35,37	37,14
	V	14,46	28,04	30,85	B	V	30,85	34,01	35,71
	IV	14,14	27,41	30,16		IV	30,16	33,25	34,91
B	III	13,82	26,80	29,48		III	29,48	32,50	34,13
	II	13,51	26,20	28,82		II	28,82	31,77	33,36
	I	13,21	25,61	28,17		I	28,17	31,06	32,61
	V	12,70	24,63	27,09	A	V	27,09	29,87	31,36
	IV	12,42	24,08	26,48		IV	26,48	29,19	30,65
A	III	12,14	23,54	25,89		III	25,89	28,54	29,97
	II	11,87	23,01	25,31		II	25,31	27,90	29,30
	I	11,60	22,49	24,74		I	24,74	27,28	28,64
Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004					ANEXO XVIII				
ANEXO VI-B					(Anexo VI-B à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)				

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009) TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE PRODUÇÃO MINERAL - GDAPM					TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE PRODUÇÃO MINERAL – GDAPM				
a) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15 da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004. Em R\$					a) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15 da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPM			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	27,67	49,75	54,47	ESPECIAL	III	54,47	60,05	63,06
ESPECIAL	II	27,00	48,55	53,17		II	53,17	58,62	61,55
	I	26,34	47,38	51,90		I	51,90	57,22	60,08
	VI	25,25	45,43	49,76	C	VI	49,76	54,86	57,60
	V	24,64	44,33	48,57		V	48,57	53,55	56,23
C	IV	24,04	43,26	47,41		IV	47,41	52,27	54,88
	III	23,46	42,21	46,28		III	46,28	51,02	53,57
	II	22,89	41,19	45,17		II	45,17	49,80	52,29
	I	22,33	40,19	44,09		I	44,09	48,61	51,04
	VI	21,41	38,53	42,27	B	VI	42,27	46,60	48,93
	V	20,89	37,60	41,26		V	41,26	45,49	47,76
B	IV	20,38	36,69	40,27		IV	40,27	44,40	46,62
	III	19,88	35,80	39,31		III	39,31	43,34	45,51
	II	19,40	34,93	38,37		II	38,37	42,30	44,42
	I	18,93	34,08	37,45		I	37,45	41,29	43,35
	V	18,15	32,67	35,91	A	V	35,91	39,59	41,57
	IV	17,71	31,88	35,05		IV	35,05	38,64	40,57
A	III	17,28	31,11	34,21		III	34,21	37,72	39,60
	II	16,86	30,36	33,39		II	33,39	36,81	38,65
						I	32,59	35,93	37,73

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
	I	16,45	29,63	32,59					
b) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15 da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004. Em R\$					b) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNPM referidos no art. 15 da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPM			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	12,95	25,09	26,98	ESPECIAL	III	26,98	29,75	31,23
	II	12,61	24,45	26,30		II	26,30	29,00	30,45
ESPECIAL	I	12,28	23,82	25,63		I	25,63	28,26	29,67
	VI	11,75	22,79	24,53	C	VI	24,53	27,04	28,40
	V	11,44	22,21	23,91		V	23,91	26,36	27,68
	IV	11,14	21,64	23,30		IV	23,30	25,69	26,97
	III	10,85	21,09	22,71		III	22,71	25,04	26,29
	II	10,57	20,55	22,13		II	22,13	24,40	25,62
	I	10,30	20,02	21,57		I	21,57	23,78	24,97
	VI	9,86	19,16	20,64	B	VI	20,64	22,76	23,89
	V	9,60	18,67	20,12		V	20,12	22,18	23,29
	IV	9,35	18,19	19,61		IV	19,61	21,62	22,70
	III	9,11	17,72	19,11		III	19,11	21,07	22,12
	II	8,87	17,27	18,63		II	18,63	20,54	21,57
	I	8,64	16,83	18,16		I	18,16	20,02	21,02
	V	8,27	16,11	17,38	A	V	17,38	19,16	20,12
	IV	8,05	15,70	16,94		IV	16,94	18,68	19,61
	III	7,84	15,30	16,51		III	16,51	18,20	19,11
	II	7,64	14,91	16,09		II	16,09	17,74	18,63
	I	7,44	14,53	15,68		I	15,68	17,29	18,15

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004					ANEXO XIX				
ANEXO VI-C					(Anexo VI-C à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)				
VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DNPM - GDADNPM					VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DNPM – GDADNPM				
a) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Analista Administrativo da Carreira de Analista Administrativo:					a) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Analista Administrativo da Carreira de Analista Administrativo				
Em R\$					Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNPM			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	10,33	31,75	35,86	ESPECIAL	III	35,86	39,54	41,51
	II	10,26	31,34	35,33		II	35,33	38,95	40,90
	I	10,19	30,94	34,81		I	34,81	38,38	40,30
B	V	10,04	30,21	33,96	B	V	33,96	37,44	39,31
	IV	9,97	29,82	33,46		IV	33,46	36,89	38,73
	III	9,90	29,44	32,97		III	32,97	36,35	38,17
	II	9,83	29,06	32,48		II	32,48	35,81	37,60
	I	9,76	28,69	32,00		I	32,00	35,28	37,04
A	V	9,62	28,02	31,22	A	V	31,22	34,42	36,14
	IV	9,55	27,66	30,76		IV	30,76	33,91	35,61
	III	9,48	27,31	30,31		III	30,31	33,42	35,09
	II	9,41	26,96	29,86		II	29,86	32,92	34,57
	I	9,34	26,61	29,42		I	29,42	32,44	34,06
b) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Técnico Administrativo da Carreira de Técnico Administrativo:					b) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Técnico Administrativo da Carreira de Técnico Administrativo				
Em R\$					Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNPM			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	5,02	15,84	17,91	ESPECIAL	III	17,91	19,75	20,73
	II	4,87	15,38	17,38		II	17,38	19,16	20,12
	I	4,73	14,93	16,87		I	16,87	18,60	19,53

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
B	V	4,50	14,22	16,07	B	V	16,07	17,72	18,60
	IV	4,37	13,81	15,60		IV	15,60	17,20	18,06
	III	4,24	13,41	15,15		III	15,15	16,70	17,54
	II	4,12	13,02	14,71		II	14,71	16,22	17,03
	I	4,00	12,64	14,28		I	14,28	15,74	16,53
A	V	3,81	12,04	13,60	A	V	13,60	14,99	15,74
	IV	3,70	11,69	13,20		IV	13,20	14,55	15,28
	III	3,59	11,35	12,82		III	12,82	14,13	14,84
	II	3,49	11,02	12,45		II	12,45	13,73	14,41
	I	3,39	10,70	12,09		I	12,09	13,33	14,00
Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004					ANEXO XX				
ANEXO VI-D					(Anexo VI-D à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)				
(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 2010)					VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNPM – GDAPDNPM				
VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNPM - GDAPDNPM					VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNPM – GDAPDNPM				
a) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM não compreendidos no art. 15 da Lei nº 11.046, de 2004.					a) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM não compreendidos no art. 15 da Lei nº 11.046, de 2004				
Em R\$					Em R\$				
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	27,67	49,75	54,47	ESPECIAL	III	54,47	60,05	63,06
	II	27,00	48,55	53,17		II	53,17	58,62	61,55
	I	26,34	47,38	51,90		I	51,90	57,22	60,08
C	VI	25,25	45,43	49,76	C	VI	49,76	54,86	57,60
	V	24,64	44,33	48,57		V	48,57	53,55	56,23
	IV	24,04	43,26	47,41		IV	47,41	52,27	54,88
	III	23,46	42,21	46,28		III	46,28	51,02	53,57
	II	22,89	41,19	45,17		II	45,17	49,80	52,29
	I	22,33	40,19	44,09		I	44,09	48,61	51,04
B	VI	21,41	38,53	42,27	B	VI	42,27	46,60	48,93
	V	20,89	37,60	41,26		V	41,26	45,49	47,76
	IV	20,38	36,69	40,27		IV	40,27	44,40	46,62

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
A	III	19,88	35,80	39,31	A	III	39,31	43,34	45,51
	II	19,40	34,93	38,37		II	38,37	42,30	44,42
	I	18,93	34,08	37,45		I	37,45	41,29	43,35
	V	18,15	32,67	35,91		V	35,91	39,59	41,57
	IV	17,71	31,88	35,05		IV	35,05	38,64	40,57
	III	17,28	31,11	34,21		III	34,21	37,72	39,60
	II	16,86	30,36	33,39		II	33,39	36,81	38,65
	I	16,45	29,63	32,59		I	32,59	35,93	37,73
	b) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNPM não compreendidos no art. 15 da Lei nº 11.046, de 2004: Em R\$					b) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do DNPM não compreendidos no art. 15 da Lei nº 11.046, de 2004 Em R\$			
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	12,95	25,09	26,98	ESPECIAL	III	26,98	29,75	31,23
	II	12,61	24,45	26,30		II	26,30	29,00	30,45
	I	12,28	23,82	25,63		I	25,63	28,26	29,67
C	VI	11,75	22,79	24,53	C	VI	24,53	27,04	28,40
	V	11,44	22,21	23,91		V	23,91	26,36	27,68
	IV	11,14	21,64	23,30		IV	23,30	25,69	26,97
	III	10,85	21,09	22,71		III	22,71	25,04	26,29
	II	10,57	20,55	22,13		II	22,13	24,40	25,62
	I	10,30	20,02	21,57		I	21,57	23,78	24,97
B	VI	9,86	19,16	20,64	B	VI	20,64	22,76	23,89
	V	9,60	18,67	20,12		V	20,12	22,18	23,29
	IV	9,35	18,19	19,61		IV	19,61	21,62	22,70
	III	9,11	17,72	19,11		III	19,11	21,07	22,12
	II	8,87	17,27	18,63		II	18,63	20,54	21,57
	I	8,64	16,83	18,16		I	18,16	20,02	21,02
A	V	8,27	16,11	17,38	A	V	17,38	19,16	20,12
	IV	8,05	15,70	16,94		IV	16,94	18,68	19,61
	III	7,84	15,30	16,51		III	16,51	18,20	19,11
	II	7,64	14,91	16,09					

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013							
	I	7,44	14,53	15,68		II	16,09	17,74	18,63			
						I	15,68	17,29	18,15			
c) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNPM: Em R\$					c) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNPM Em R\$							
CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM			CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM					
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE					
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010			1º JUL 2010	1º JAN 2014	1º JAN 2015			
ESPECIAL	III	4,19	5,49	7,09	ESPECIAL	III	7,09	7,82	8,21			
	II	3,92	5,13	6,63		II	6,63	7,31	7,68			
	I	3,81	4,98	6,44		I	6,44	7,10	7,46			
Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 ANEXOLXII (Redação dada pela lei nº 12.778, de 2012) TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS – GDAHFA					ANEXO XXI (Anexo LXII à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008) “TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - GDAHFA							
d) Valor do ponto da GDAHFA: nível intermediário - cargos da área de saúde Em R\$					d) Valor do ponto da GDAHFA: nível intermediário - cargos da área de saúde Em R\$							
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAHFA A PARTIR DE				CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAHFA A PARTIR DE		
			1º de julho 2012	1º de janeiro 2013	1º de janeiro 2014	1º de janeiro 2015				1º de janeiro 2013	1º de janeiro 2014	1º de janeiro 2015
Técnico em Atividades Médico-Hospitalares	ESPECIAL	V	13,73	16,83	19,93	23,03	Técnico em Atividades Médico-Hospitalares	ESPECIAL	V	16,83	19,93	23,03
		IV	13,48	16,58	19,68	22,78			IV	16,58	19,68	22,78
		III	13,24	16,34	19,44	22,54			III	16,34	19,44	22,54
		II	13,00	16,10	19,20	22,30			II	16,10	19,35	22,30
		I	12,76	15,86	18,96	22,06			I	15,86	19,34	22,06
Auxiliar de Enfermagem	C	V	12,45	15,55	18,65	21,75	Técnico de Laboratório	C	V	15,55	19,33	21,75
IV		12,23	15,33	18,43	21,53	IV			15,33	19,30	21,53	
III		12,01	15,11	18,21	21,31	III			15,11	19,27	21,31	
II		11,80	14,90	18,00	21,10	II			14,90	19,25	21,10	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação							Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013						
Técnico de Radiologia	B	I	11,59	14,69	17,79	20,89	B	I	14,69	19,17	20,89		
		V	11,32	14,42	17,52	20,62		V	14,42	19,16	20,62		
		IV	11,12	14,22	17,32	20,42		IV	14,22	19,12	20,42		
		III	10,92	14,02	17,12	20,22		III	14,02	19,08	20,22		
		II	10,73	13,83	16,93	20,03		II	13,83	19,05	20,03		
		I	10,55	13,65	16,75	19,85		I	13,65	19,01	19,85		
	A	V	10,30	13,40	16,50	19,60	A	V	13,40	18,94	19,60		
		IV	10,13	13,23	16,33	19,43		IV	13,23	18,90	19,43		
		III	9,95	13,05	16,15	19,25		III	13,05	18,86	19,25		
		II	9,78	12,88	15,98	19,08		II	12,88	18,81	19,08		
		I	9,62	12,72	15,82	18,92		I	12,72	18,78	18,92		

e) Valor do ponto da GDAHFA: nível intermediário - cargos da área administrativa Em R\$							e) Valor do ponto da GDAHFA: nível intermediário - cargos da área administrativa Em R\$						
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAHFA A PARTIR DE				CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAHFA A PARTIR DE			
			1º de julho de 2012	1º de janeiro de 2013	1º de janeiro de 2014	1º de janeiro de 2015				1º de janeiro de 2013	1º de janeiro de 2014	1º de janeiro de 2015	
Agente Administrativo	ESPECIAL	V	10,88	13,98	17,08	20,18	Agente Administrativo	ESPECIAL	V	13,98	19,74	21,24	
Agente de Cinefotografia e Microfilmagem		IV	10,72	13,82	16,92	20,02	Agente de Cinefotografia e Microfilmagem		IV	13,82	19,59	21,09	
Agente de Portaria		III	10,56	13,66	16,76	19,86	Agente de Portaria		III	13,66	19,45	20,95	
Agente de Serviços Complementares		II	10,40	13,50	16,60	19,70	Agente de Serviços Complementares		II	13,50	19,26	20,76	
Agente de Telecomunicação e Eletricidade		I	10,24	13,34	16,44	19,54	Agente de Telecomunicação e Eletricidade		I	13,34	19,12	20,62	
Artífice de Artes Gráficas	C	V	10,04	13,14	16,24	19,34	Artífice de Artes Gráficas	C	V	13,14	18,98	20,48	
Artífice de Carpintaria e Marcenaria		IV	9,89	12,99	16,09	19,19	Artífice de Carpintaria e Marcenaria		IV	12,99	18,85	20,35	
Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes		III	9,75	12,85	15,95	19,05	Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes		III	12,85	18,72	20,22	
Artífice de Eletricidade e Comunicações		II	9,60	12,70	15,80	18,90	Artífice de Eletricidade e Comunicações		II	12,70	18,59	20,09	
		I	9,46	12,56	15,66	18,76	Artífice de Eletricidade e Comunicações		I	12,56	18,42	19,92	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação							Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013					
Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	B	V	9,28	12,38	15,48	18,58	Comunicações					
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos		IV	9,14	12,24	15,34	18,44	Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	B	V	12,38	18,29	19,79
Datilógrafo		III	9,01	12,11	15,21	18,31	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos		IV	12,24	18,17	19,67
Desenhista		II	8,88	11,98	15,08	18,18	Datilógrafo		III	12,11	18,05	19,55
Motorista Oficial		I	8,76	11,86	14,96	18,06	Desenhista		II	11,98	17,93	19,43
Operador de Computação	A	V	8,59	11,69	14,79	17,89	Motorista Oficial		I	11,86	17,81	19,31
Programador		IV	8,47	11,57	14,67	17,77	Operador de Computação	A	V	11,69	17,66	19,16
Técnico de Contabilidade		III	8,35	11,45	14,55	17,65	Programador		IV	11,57	17,55	19,05
Telefonista		II	8,23	11,33	14,43	17,53	Técnico de Contabilidade		III	11,45	17,44	18,94
		I	8,12	11,22	14,32	17,42	Telefonista		II	11,33	17,33	18,83
									I	11,22	17,22	18,72

f) Valor do ponto da GDAHFA: Valor do ponto da GDAHFA: nível auxiliar Em R\$							f) Valor do ponto da GDAHFA: valor do ponto da GDAHFA - cargos de nível auxiliar Em R\$					
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAHFA A PARTIR DE				CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAHFA A PARTIR DE		
			1º de julho de 2012	1º de janeiro de 2013	1º de janeiro de 2014	1º de janeiro de 2015				1º de janeiro de 2013	1º de janeiro de 2014	1º de janeiro de 2015
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - AOSD	ESPECIAL	III	6,97	9,07	11,17	13,27	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - AOSD	ESPECIAL	III	9,07	14,55	14,95
		II	6,85	8,95	11,05	13,15			II	8,95	14,09	14,49
		I	6,74	8,84	10,94	13,04			I	8,84	13,66	14,06

Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008							ANEXO XXII					
ANEXO LXV							(Anexo LXV à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008)					
TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - PCCHFA							“.....					
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008							EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2014					
a) Vencimento Básico: Nível Superior - cargo de Médico							a) Vencimento Básico: nível intermediário - cargos da área de saúde					
							Em R\$					

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação					Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013			
Em R\$					CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		Técnico em Atividades Médico-Hospitalares Auxiliar de Enfermagem Técnico de Laboratório Técnico de Radiologia	ESPECIAL	V	1.970,00
			MÉDICO 20 HORAS	MÉDICO 40 HORAS			IV	1.927,59
Médico	ESPECIAL	III	1.886,10	III			1.886,10	
		II	1.857,36	II			1.857,36	
		I	1.838,97	I			1.838,97	
		V	1.820,76	V			1.820,76	
		IV	1.802,73	IV		1.802,73		
		III	1.784,88	III		1.784,88		
	C	II	1.767,21	II		1.767,21		
		I	1.741,09	I		1.741,09		
		V	1.723,85	V		1.723,85		
		IV	1.706,78	IV		1.706,78		
		III	1.689,88	III		1.689,88		
		II	1.673,15	II		1.673,15		
	B	I	1.656,58	I		1.656,58		
		V	1.632,10	V		1.632,10		
		IV	1.615,94	IV		1.615,94		
		III	1.599,94	III		1.599,94		
		II	1.584,10	II		1.584,10		
		I	1.568,42	I		1.568,42		
A								

b) Vencimento Básico: Nível Superior - cargos da área de saúde				b) Vencimento básico: nível intermediário - cargos da área administrativa			
Em R\$				Em R\$			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO
Especialista em Atividades Hospitalares	ESPECIAL	V	2.986,00	Agente Administrativo Agente de Cinefotografia e Microfilmagem	ESPECIAL	V	1.923,11
		IV	2.907,50			IV	1.904,07
		III	2.831,06			III	1.885,22
		II	2.756,63				
		I	2.684,16				

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação				Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013				
Enfermeiro	C	V	2.568,57	Agente de Portaria	C	II	1.857,36	
		IV	2.501,04	Agente de Serviços Complementares		I	1.838,97	
Farmacêutico		III	2.435,29	Agente de Telecomunicação e Eletricidade		V	1.820,76	
		II	2.371,27	Artífice de Artes Gráficas			IV	1.802,73
Fisioterapeuta		I	2.308,93	Artífice de Carpintaria e Marcenaria			III	1.784,88
	B	V	2.209,50	Artífice de Confeção de Roupas e Uniformes	B	II	1.767,21	
Nutricionista		IV	2.151,41	Artífice de Eletricidade e Comunicações		I	1.741,09	
		III	2.094,85	Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia		V	1.723,85	
		II	2.039,78	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos		IV	1.706,78	
Odontólogo	A	I	1.986,15	Datilógrafo	A	III	1.689,88	
		V	1.900,62	Desenhista		II	1.673,15	
		IV	1.850,65	Motorista Oficial		I	1.656,58	
		III	1.802,00	Operador de Computação		V	1.632,10	
Psicólogo		II	1.754,62	Programador		IV	1.615,94	
		I	1.708,50	Técnico de Contabilidade		III	1.599,94	
				Telefonista		II	1.584,10	
						I	1.568,42	

Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009

ANEXO LXXXIII

(Redação dada pela Lei nº 12.778, de 2012)

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE INDIGENISTA – GDAIN

.....

c) Valor do ponto da GDAIN para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN			
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE			
		1º JUL 2011	1º JAN 2013	1º JAN 2014	1º JAN 2015
	III	7,98	10,08	12,18	14,28
ESPECIAL	II	8,01	10,11	12,21	14,31
	I	8,23	10,33	12,43	14,53

ANEXO XXIII

(Anexo LXXXIII à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE INDIGENISTA - GDAIN

“

c) Valor do ponto da GDAIN para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JAN 2013	1º JAN 2014	1º JAN 2015
ESPECIAL	III	10,08	12,45	14,55
	II	10,11	12,44	14,54
	I	10,33	12,43	14,53

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013

Legislação	Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013		
	ANEXO XXIV CONTRATOS PASSÍVEIS DE PRORROGAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME DE QUE TRATA O ART. 21 DESTA MEDIDA PROVISÓRIA.		
	FUNDAMENTO	ATIVIDADES	QTDE.
	Art. 2º, inciso VI, alíneas “i” e “j” da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993	Atividade Técnica de Suporte	8
		Atividade Técnica de Complexidade Intelectual	30
		Atividade Técnica de Complexidade Gerencial	27
		Atividade Técnica de Complexidade Gerencial – Tecnologia da Informação	2
	TOTAL GERAL		67
	ANEXO XXV CONTRATOS PASSÍVEIS DE PRORROGAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO DE QUE TRATA O ART. 22 DESTA MEDIDA PROVISÓRIA.		
	FUNDAMENTO	ATIVIDADES	QTDE.
	Art. 2º, inciso VI, alínea “i” da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993	Atividade Técnica de Suporte	7
		Atividade Técnica de Complexidade Intelectual	20
		Atividade Técnica de Complexidade Gerencial	2
		TOTAL GERAL	29
	ANEXO XXVI CONTRATOS PASSÍVEIS DE PRORROGAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DE QUE TRATA O ART. 23 DESTA MEDIDA PROVISÓRIA.		
	FUNDAMENTO	ATIVIDADES	QTDE.
	Art. 2º, inciso VI, alínea “i” da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993	Atividade Técnica de Suporte	37
		TOTAL GERAL	37